

An aerial photograph of a coastal city at sunset. A large bridge with multiple piers spans a body of water in the foreground. The city lights are visible in the background, reflecting on the water. The sky is a mix of orange, yellow, and blue.

GESTÃO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO

UM NOVO PARADIGMA INSTITUCIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GESTÃO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO

UM NOVO
PARADIGMA
INSTITUCIONAL

Foto: Fernando Madeira



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



COLABORAÇÃO

Alexandre Viana Gebara
Julio Cesar Moraes Arana
Paulo Sérgio Torres da Silva
Tiago Luiz Freitas Roque
Anderson Peixoto Jardim
Elcione Aparecida dos Santos Reis
Marcos Luiz Rabbi Júnior

FOTO CAPA

Yuri Baritchvich

FOTOS

SEFAZ
SECOM

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Link Editoração

IMPRESSÃO

GSA

ELABORAÇÃO

GEFAP/SEFAZ

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Vice-governador do Estado do Espírito Santo
Benicio Suzana Costa
Secretário de Estado da Fazenda
Daniel Correa
Subsecretário do Tesouro Estadual

Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Secretário de Economia e Planejamento
Juliani Nunes Campos Johanson
Subsecretária de Estado de Orçamento
Andressa Rodrigues Pavão
Subsecretária de Estado de
Captação de Recursos

AUDITORES DE FINANÇAS

Ademir Boone Corsini
Subgerente de Contas do Governo
Adriano Frossard Rasseli
Gerente de Gestão Orçamentária
Alan Johanson
Gerente de Contabilidade
Geral do Estado
Alexandre Viana Gebara
Gerente de Fundos e Análise
Econômico Financeira de Projetos
Angelo Ricardo Milanezi
Gerente de Encargos Gerais e
Regularidade Fiscal do Estado
Fernando Figueiredo de Carvalho
Gerente de Execução e Controle Orçamentário
Gilmar Hartwig
Subgerente de Qualidade
da Informação Contábil
Ighor David Dias
Subgerente da Dívida Pública
Janaina do Nascimento Valois
Gerente de Monitoramento e Avaliação
Jefferson Vieira Rodrigues
Subgerente de Informações
Fiscais do Estado
Julio Cesar Moraes Arana
Subgerente de Avaliação de
Investimentos e Análise Econômica
Kamila Sousa Bernabé Fedeszen
Subgerente de Análise e
Monitoramento Contábil

Leonardo de Albuquerque Moreira
Subgerente de Normas,
Procedimentos e Orientação Contábil
Leonardo Silva Pires
Gerente de Programação Orçamentária
Luiz Fundão Maioli
Subgerente de Regularidade Fiscal do Estado
Marco Antonio Rocha Lima Guilherme
Subgerente de Política Fiscal
Marcos Antonio Santos Filho
Subgerente de Encargos Gerais do Estado
Marcus Monte Mor Rangel
Gerente de Administração e
Fiscalização Financeira do Estado
Miriam Borges dos Santos
Subgerente de Programação
e Gestão Financeira
Paulo Sergio Torres da Silva
Subgerente de Monitoramento
e Compliance
Roberto Paula de Freitas Campos
Subgerente de Controle
Fiscal e do Gasto Público
Roger Pereira Ferreira
Gerente de Política Fiscal
e da Dívida Pública do Estado
Rudison Rodrigues de Paula
Subgerente de Gestão do Sistema
de Finanças Públicas do Estado



SUMÁRIO

Foto: Segrilo / Mtur

Rota de Crescimento e Solidificação_____8

Mensagem do Secretário
da Fazenda do Espírito Santo_____10

Mensagem do Secretário
do Planejamento_____12

1. Gestão Fiscal do Espírito Santo -
Um Novo Paradigma Institucional_____14

2. Perfil de endividamento
do Espírito Santo_____20

BOX 1
O Legado do Fundo Soberano_____23

3. Eficiência da Arrecadação_____29

BOX 2
Mobilidade, Finanças Públicas
e Desenvolvimento no Espírito Santo_____35

4. O Controle das Despesas_____40

BOX 3
Segurança Pública no Espírito Santo_____44

5. Evidenciação dos Investimentos
Realizados_____46

BOX 4
A Educação no Espírito Santo_____48

6. Repasses e Investimentos Regionais_____50

BOX 5
Investimentos na Saúde_____52

BOX 6
Emprego e Renda - de 2015 a 2020_____54

7. Metodologia_____57



Ciclovía da Vida
e faixa adicional
na 3ª Ponte

ROTA DE CRESCIMENTO E SOLIDIFICAÇÃO

Se há um ingrediente que é inquestionável para se conquistar uma notável gestão fiscal, como a que alcançamos no Espírito Santo – com resultados fiscais históricos desde 2019 – esse elemento é, sem sombra de dúvidas, um plano de gestão sólido e consistente que compatibilize investimentos públicos estruturantes com estabilidade econômica-orçamentária.

Ao longo da recente história dos entes subnacionais, o manejo da gestão fiscal vem se tornando o principal fundamento para o êxito dos poderes executivos, sobretudo nos últimos anos em que passamos por desafios como a pior crise epidemiológica dos tempos modernos concomitante a uma limitada capacidade fiscal do ente federal de reagir de forma anticíclica ante eventos econômicos adversos.

Desde meu primeiro mandato até o presente, a compatibilização

de investimentos em infraestrutura, servidores públicos, educação, saúde e segurança pública com o equilíbrio das contas públicas sempre foi nosso parâmetro norteador na elaboração dos planos de gestão fiscal.

E os impactos dessa escolha estão materializados. Os investimentos estaduais realizados aumentaram, comparativamente aos últimos 7 anos, em uma ordem de grandeza de 500%. Para além disso, conseguimos alcançar uma marca indiscutível em capacidade de pagamento. Quadruplicamos a disponibilidade de caixa do Estado em menos de 7 anos de mandato com permanentes e substanciais superávits orçamentários.

A recuperação da nossa capacidade fiscal de realizar investimentos de grande porte e o controle do custeio das despesas públicas são frutos deste incontestado plano de gestão, aliando estabilização

econômica e ancoragem das expectativas fiscais. Os investimentos das empresas que atuam no Estado crescem e aumentam a atratividade de novas empresas para se instalarem em nosso território.

No equilíbrio econômico, nós fomos mais além. Em 2019, deixamos como legado o primeiro Fundo Sobe-rano dos estados brasileiros que hoje, além de possibilitar a diversificação de investimentos em áreas de tecnologia, infraestrutura produtiva e descarbonização, traz um componente essencial para o crescimento da economia regional, que é a estabilização de expectativas fiscais e jurídicas.

Para proporcionar um legado institucional dessa magnitude é preciso ponderar os retornos de médio a longo prazo sobre as eventuais vicissitudes de curto prazo. E esse resultado, a cada exercício do nosso mandato, se torna mais concreto, como será visto ao longo desta publicação.

O efeito multiplicador de uma gestão fiscal eficiente se manifesta em todos os resultados colhidos, pavimentando o caminho para um desenvolvimento sustentável e abrangente. Essa eficiência não se restringe à mera contenção de despesas. Ela se traduz na otimização da arrecadação, na alocação estratégica de recursos administrativos e na priorização de investimentos que geram maiores retornos social e econômico.

É através do controle rigoroso e transparente das finanças públicas que se torna possível garantir a solidez das contas do estado, permitindo que a administração pública consiga planejar a longo prazo e manter o equilíbrio financeiro mesmo diante de cenários econômicos desafiadores.

Os resultados dessa gestão responsável são concretos e se refletem diretamente na qualidade de vida da população. O superávit fiscal e o consequente aumento da capacidade de investimento permitiram avanços relevantes, com a expansão e qualificação da infraestrutura – como a Ciclovía da Vida na Terceira Ponte bem como a implantação da terceira faixa, a Rodovia do Contorno, alargamento da cobertura de saneamento para universalização, Sistema Aquaviário, entrega do Cais das Artes, os novos Hospitais Gerais de Cariacica e de Colatina, entre outros – além do fortalecimento e da melhoria de serviços essenciais nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Faço aqui meus profundos agradecimentos a todos os servidores da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Planejamento pelas contribuições e empenho para que pudéssemos, ao logo desses anos, edificar ainda mais a disciplina fiscal, alicerce sobre o qual se constrói uma administração pública moderna, eficiente e voltada para o bem-estar de toda a sociedade.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

RENATO CASAGRANDE



Foto: Marcelo Morvan

É com grande satisfação que apresento aos leitores desta edição um panorama das principais transformações pelas quais a gestão fiscal e, conseqüentemente, a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo passou nos últimos sete anos.

Desde 2019, nossa trajetória foi marcada por um compromisso firme com a modernização da gestão fiscal e tributária, pela ampliação da transparência e pela melhoria contínua dos serviços que prestamos ao cidadão, aos contribuintes e aos parceiros públicos e privados.

Uma das iniciativas estruturantes desse ciclo foi a implementação e o contínuo aperfeiçoamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Espírito Santo (Profisco II), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por meio

desse programa, estamos promovendo a modernização do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Estado (SIGEFES) – plataforma essencial para a integração dos processos de planejamento, orçamento, contabilidade e execução financeira da administração pública estadual. Em 2025, obtivemos a autorização do BID para avançar na contratação da empresa especializada responsável pela atualização e expansão do sistema, etapa que viabiliza maior eficiência, integração e automação no uso das informações fiscais e financeiras do Estado.

A transformação digital também foi levada diretamente ao contribuinte por meio da Agência Virtual da Receita Estadual, cujo ambiente online passou a oferecer novas funcionalidades que facilitam o cumprimento das obrigações fiscais, como a emissão de certidões, o

parcelamento de débitos, o envio de notificações por e-mail e a emissão automática de Documentos Únicos de Arrecadação (DUA), reduzindo a necessidade de deslocamento e tempo de espera para empresas e contadores.

Com foco na simplificação das obrigações tributárias, fomentamos o uso de soluções eletrônicas modernas, como o Documento Único de Arrecadação Eletrônico (DUA-eletrônico) e integramos plataformas digitais que reduzem a burocracia e ampliam a segurança jurídica no relacionamento entre o fisco e os contribuintes.

Respondendo à crescente necessidade de orientação e comunicação de qualidade, implementamos novos canais e ferramentas de comunicação

institucional para apoiar contribuintes e profissionais da contabilidade em temas complexos, como a Reforma Tributária, com FAQs, formulários de dúvidas orientadas e canais oficiais no WhatsApp destinados à disseminação de conteúdo técnico e esclarecedor.

Esses avanços não são meramente tecnológicos. Refletem uma mudança cultural profunda, baseada em processos mais ágeis, integrados e orientados por dados, com foco em resultados concretos na prestação de serviços públicos. A capacitação continuada de servidores, a melhoria dos sistemas internos e a expansão de ambientes digitais acessíveis reforçam nosso compromisso com uma gestão fiscal responsável, transparente e eficiente.

O Espírito Santo se firma como referência em gestão fiscal e em inovação fazendária no Brasil. A modernização que promovemos fortalece a gestão dos recursos públicos, amplia a qualidade no atendimento ao contribuinte e aumenta a previsibilidade da política tributária e fiscal, contribuindo para um ambiente econômico mais competitivo, seguro e justo.

Agradeço a todos Auditores da Receita, Auditores de Finanças e demais servidores, parceiros institucionais e contribuintes que caminham conosco nesta jornada de transformação. Seguimos firmes no propósito de tornar a Secretaria da Fazenda uma instituição moderna, eficiente e ainda mais próxima da sociedade capixaba.

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
BENICIO SUZANA COSTA



Nos últimos anos, o Espírito Santo consolidou-se como uma das principais referências nacionais em responsabilidade fiscal, planejamento de longo prazo e capacidade de execução de políticas públicas estruturantes. Esse desempenho decorre de uma estratégia deliberada de fortalecimento institucional, disciplina orçamentária e aprimoramento contínuo dos mecanismos de gestão fiscal.

A presente edição desta revista cumpre papel relevante ao analisar, de forma comparativa, a evolução do panorama fiscal dos Estados brasileiros. Em um contexto marcado por restrições fiscais persistentes, volatilidade macroeconômica e crescente

pressão por serviços públicos, torna-se imprescindível que a política fiscal esteja sustentada por planejamento consistente, previsibilidade, transparência e elevada eficiência alocativa.

No âmbito do Governo do Estado do Espírito Santo, avançamos de maneira significativa na consolidação de uma governança fiscal moderna, baseada na integração entre planejamento, orçamento, execução e controle. A atuação coordenada da Secretaria de Economia e Planejamento e da Secretaria da Fazenda permitiu não apenas qualificar a priorização dos investimentos públicos, mas também fortalecer de forma estruturada o controle técnico das despesas correntes, elemento central para

a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo.

A Secretaria de Economia e Planejamento exerce papel estratégico na racionalização, monitoramento e avaliação contínua das despesas, por meio de instrumentos técnicos que envolvem o acompanhamento sistemático da execução orçamentária, a análise de desvios entre o planejado e o executado, a identificação de rigidezes e ineficiências estruturais e a proposição de medidas corretivas tempestivas. Esse processo é conduzido em diálogo permanente com as unidades orçamentárias, promovendo alinhamento entre planejamento, capacidade financeira e entrega de resultados.

Destaca-se, ainda, a adoção de práticas de gestão orientada por evidências, com uso intensivo de indicadores fiscais e operacionais, painéis de monitoramento, análise de custos e avaliação de desempenho das políticas públicas. A incorporação progressiva de abordagens de revisão do gasto público, aliada ao fortalecimento dos mecanismos de governança orçamentária, tem contribuído para elevar a qualidade do gasto, reduzir pressões inerciais sobre as despesas correntes e ampliar o espaço fiscal para investimentos estratégicos.

Paralelamente, o fortalecimento dos instrumentos de planejamento plurianual, a profissionalização da

gestão de projetos e o aprimoramento dos mecanismos de controle e compliance elevaram o padrão institucional da administração pública capixaba. A Secretaria de Economia e Planejamento atua como núcleo técnico de coordenação estratégica do governo, assegurando coerência entre as prioridades definidas no planejamento de longo prazo, a programação orçamentária anual e a execução financeira.

Os resultados desse arranjo institucional são evidentes: manutenção do equilíbrio das contas públicas, elevada capacidade de investimento, maior previsibilidade fiscal, melhoria do ambiente de negócios e ampliação da entrega de serviços públicos à sociedade, sempre com responsabilidade intergeracional e uso eficiente dos recursos públicos.

Mais do que registrar indicadores fiscais, esta publicação contribui para o debate qualificado sobre governança, políticas fiscais e desenvolvimento federativo. Que este material sirva como referência para a disseminação de boas práticas, estimulando uma agenda permanente de modernização da gestão pública no Brasil.

Reiteramos, por fim, nosso compromisso com uma gestão pública orientada por rigor técnico, planejamento, responsabilidade fiscal, inovação institucional e foco em resultados para a sociedade capixaba.

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ÁLVARO ROGÉRIO DUBOC FAJARDO

Foto: Francisco Xavier

1

GESTÃO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO UM NOVO PARADIGMA INSTITUCIONAL

O Estado do Espírito Santo passou por uma transformação fiscal significativa nos últimos anos, alcançando um marco histórico em suas finanças. A evolução recente dos principais indicadores fiscais do Estado sinaliza a assertividade da escolha do plano de ação fiscal implementado em 2019, refletindo mudanças nas políticas fiscal e tributária através de uma gestão inovadora, eficiente e responsável, com a inclusão de novos parâmetros de qualidade e de governança.

E esse marco não é apenas contábil, pois seus efeitos estão diretamente conectados aos eixos estruturantes do desenvolvimento econômico-social regional. O volume de investimentos realizados pelo Estado atingiu sua maior marca histórica. Foram investidos mais de R\$ 5 bilhões em 2025, um salto de aproximadamente 500% de expansão sobre o montante investido em 2015. Ao se observar os dados em perspectiva, a curva de crescimento do investimento estadual assume uma tendência assintótica a partir de 2019, algo sem precedentes nas finanças públicas.

Ao se observar os dados em perspectiva, a curva de crescimento do investimento estadual assume uma tendência assintótica a partir de 2019, algo sem precedentes nas finanças públicas estaduais. A análise histórica revela um padrão claro e

MAIOR
INVESTIMENTO
DA HISTÓRIA DO
ESPÍRITO SANTO
R\$ **5,2**
BILHÕES
EM 2025

Fonte: RREO/ SEFAZ 2025

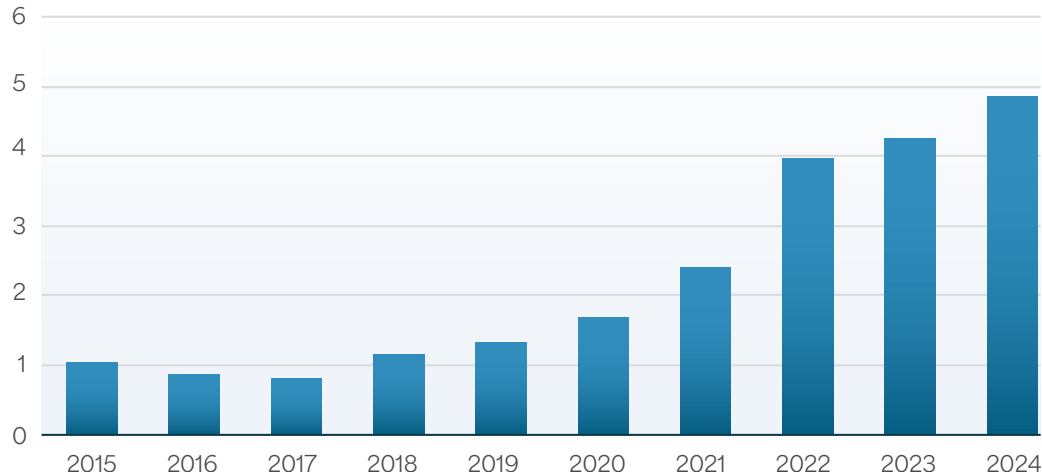


Cais das Artes

consistente. Desde 2019, o Espírito Santo tem mantido um nível de investimento notavelmente elevado e estável.

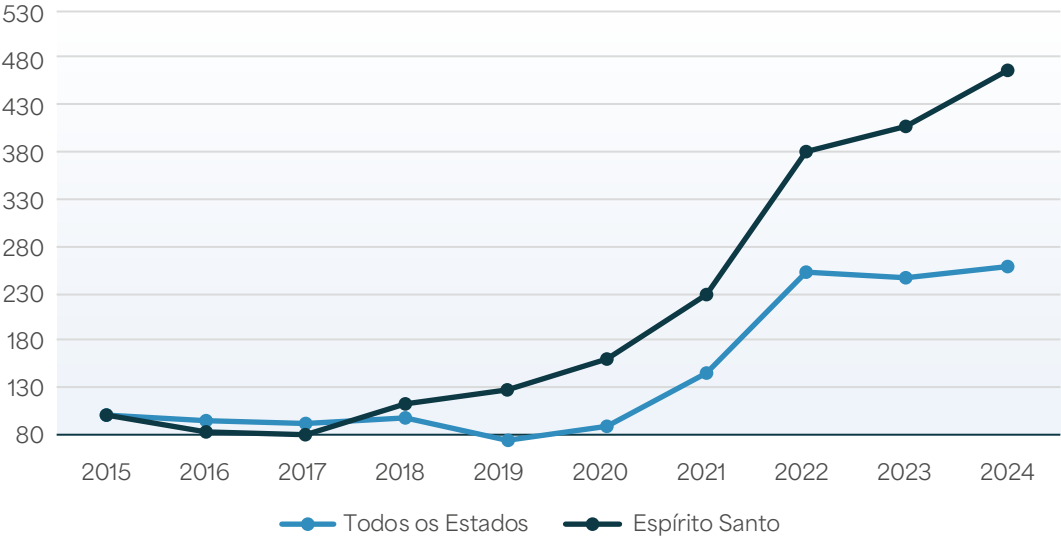
Este volume de investimento é um indicativo de uma política fiscal robusta e estrategicamente planejada, e reitera o comprometimento governamental com o fomento à infraestrutura, a melhoria dos serviços essenciais e o estímulo à economia local.

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015-2024 (R\$ bilhões)



Mesmo frente aos demais estados federativos, a evolução dos investimentos diretos estadual é algo notório. Até 2019, as despesas com investimentos sempre performaram muito próximo da média nacional, mas a partir de 2019, o volume de recursos investidos pelo governo do Espírito Santo cresceu em uma dimensão muito superior. Nos últimos dez anos, enquanto os investimentos públicos de todos os estados cresceram 250% em termos nominais, os investimentos do Espírito Santo cresceram o dobro da média nacional.

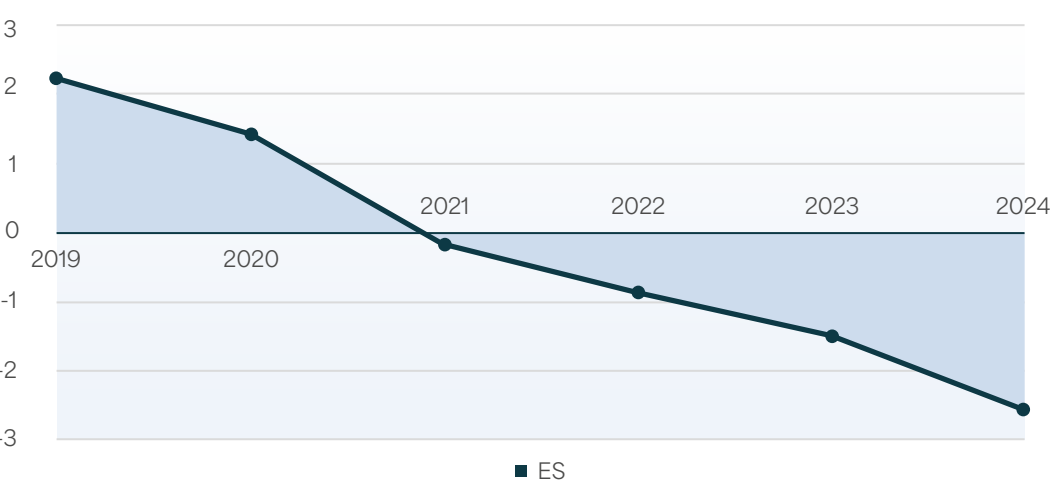
GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS DO ESPÍRITO SANTO E NO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2019 (Ano base 2015 =100)



Esse fato por si só já consolida a maturidade e coordenação administrativa, demonstrando sobretudo a capacidade de planejamento e execução do governo. Mas o pilar de investimentos é apenas o primeiro elemento da transformação fiscal experimentada pelas finanças capixabas ao longo dos últimos 7 anos.

Em 2019, ponto de partida dessa trajetória de ajuste, a Dívida Consolidada Líquida atingia a marca de R\$ 2,2 bilhões. Graças a uma política fiscal austera, responsável e estrategicamente orientada para a sustentabilidade de longo prazo, foi possível observar uma trajetória que culminou em um marco histórico: a completa reversão em 2021, quando o Estado alcançou uma posição de Dívida Consolidada Líquida negativa. Significa dizer que o valor das disponibilidades e ativos financeiros do Estado superou o total de suas obrigações de dívida. A consolidação dessa trajetória ocorre em 2024, quando a Dívida Consolidada Líquida se torna negativa em R\$ 2,5 bilhões. Isso representa um ganho fiscal e patrimonial de R\$ 4,7 bilhões, resultante da reversão de um endividamento líquido de R\$ 2,2 bilhões positivos em 2019 para R\$ 2,5 bilhões negativos em 2024. A dívida negativa (mais reservas que obrigações) confere resiliência econômica, maior capacidade de investimento próprio e segurança, garantindo a higidez fiscal e a qualidade dos serviços públicos.

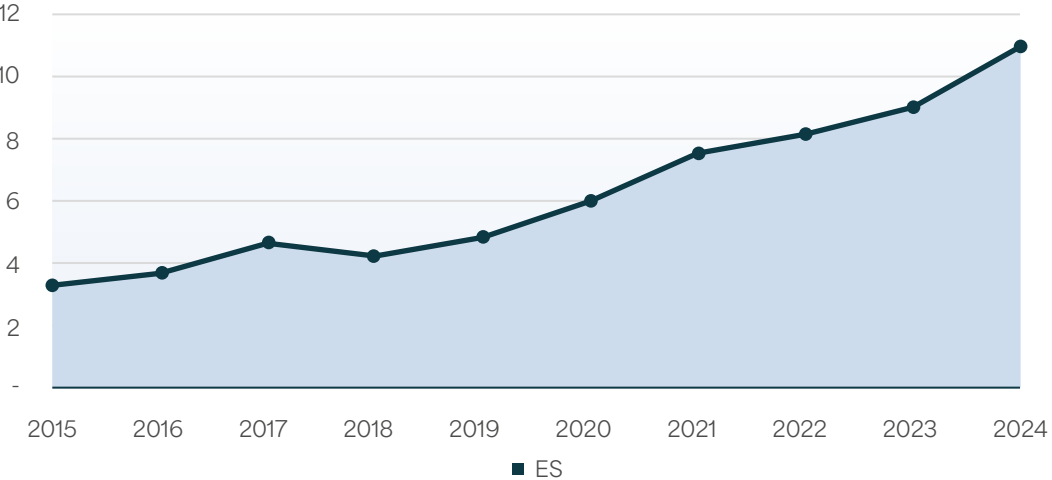
GRÁFICO 3 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DO ESTADO ESPÍRITO SANTO, 2019-2024 (R\$ bilhões)



Mais do que isso, em 10 anos, o Estado passa de um cenário financeiro comum aos entes subnacionais, em que as disponibilidades de caixa não superam o montante da dívida fundada, para uma condição extraordinariamente salutar onde as disponibilidades não só cobrem o montante da dívida consolidada, mas a supera em R\$ 2,5 bilhões.

Esse admirável processo de reversão financeira da dívida veio acompanhado de outro elemento essencial dentro do plano de ação fiscal implementado, a disponibilidade de caixa do Estado. Mediante superávits orçamentários consecutivos (geração de receitas correntes superiores às despesas correntes), com controle das despesas e com a criação do primeiro Fundo Soberano dos estados brasileiros, o Espírito Santo alcançou uma disponibilidade de caixa com 11 bilhões ao final do ano de 2024.

GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015-2024 (R\$ bilhões)

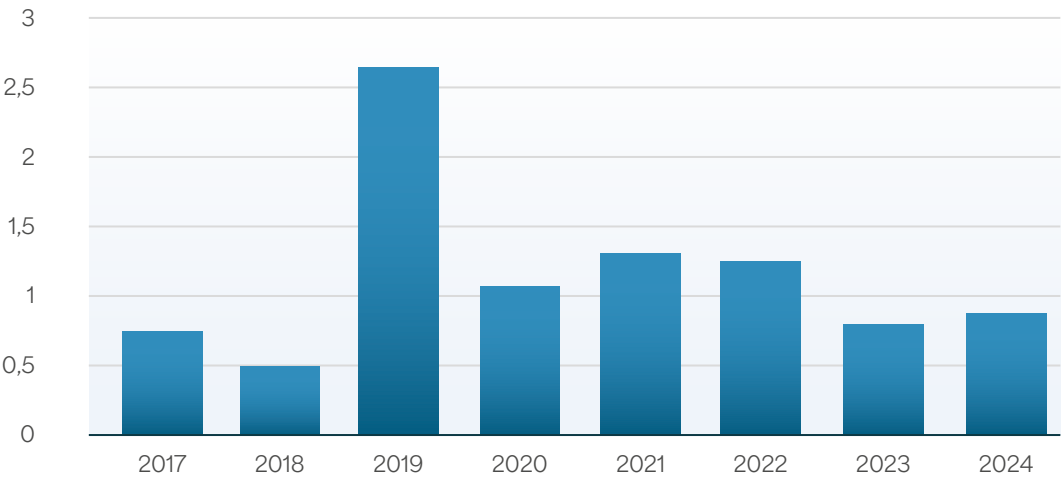


Em apenas 7 anos, a disponibilidade de caixa do Tesouro Estadual, que se encontrava em pouco mais de R\$ 2,5 bilhões ao final do ano de 2018 atingiu montante expressivo de R\$ 9 bilhões em 2025, uma expansão de quase 400% no período.

Este desempenho excepcional não se deve a um fator isolado, mas sim a uma convergência de iniciativas de gestão. Mais do que um simples numerário, esse expressivo aumento engloba os resultados de um esforço fiscal continuado e rigorosamente instituído pelo Tesouro Estadual, principalmente no planejamento de superávits financeiros anuais consistentes.

De 2019 a 2024, o Estado acumulou aproximadamente R\$ 7,9 bilhões de saldos orçamentários, indicador que consiste na diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, e que demonstra a capacidade líquida de investimento. Tal consistência assegurou a continuidade de recursos para a execução de projetos de grande envergadura, mitigando a dependência de flutuações e instabilidades do mercado.

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2017-2024 (R\$ bilhões)



Adicionalmente, um componente crucial para a elevação da disponibilidade de caixa são os efeitos positivos das disponibilidades financeiras geradas pelo Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo - FUNSES, que tem desempenhado um papel estratégico, contribuindo ativamente para a capitalização de uma reserva financeira que proporciona maior segurança e flexibilidade orçamentária para enfrentar desafios econômicos e financiar projetos de longo prazo essenciais para o desenvolvimento social e econômico capixaba.

Assertivamente, o fundo soberano hoje se traduz em uma ferramenta institucional de suma importância fiscal para o Estado. Ao mesmo tempo em que externaliza recursos finitos oriundos da exploração de petróleo dos orçamentos anuais e cria disponibilidade financeira, ainda possibilita a ancoragem das

expectativas fiscais do Estado, trazendo segurança jurídica para ampliação e atração de investimentos regionais.

Basicamente, o plano de gestão fiscal implementado se apoiou em três pilares fundamentais: **ampliação assintótica do investimento público, reversão total da dívida líquida e transformação substancial da capacidade financeira por meio da ampliação de superávits orçamentários**. Esses três elementos principais oportunizaram as finanças estaduais alcançarem marcos institucionais históricos, distintos tanto da própria trajetória estadual quanto das performances de seus pares subnacionais.

Para além dos robustos e relevantes resultados alcançados a partir de 2019, o plano de gestão fiscal instituído criou bases sólidas para uma nova e promissora janela de transformação do Estado. Este não foi apenas um ajuste pontual, mas sim um salto qualitativo rumo a um novo paradigma fiscal e de governança.

A implementação rigorosa e estratégica deste plano não apenas garantiu o equilíbrio das contas públicas, como também pavimentou o caminho para uma modernização profunda da administração estadual. Este novo paradigma fiscal se traduz em maior transparência, eficiência na aplicação dos recursos e uma capacidade aprimorada de investimento em áreas cruciais para o desenvolvimento social e econômico do Espírito Santo.

E é a partir de agora que todos os detalhes e os frutos dessa reestruturação – incluindo a metodologia adotada, os indicadores de desempenho e as projeções futuras de sustentabilidade fiscal e crescimento – serão tratados com mais profundidade e detalhamento ao longo dessa publicação, servindo como um guia completo para entender a magnitude da transformação em curso.

Foto: Heitor Righetti Machado



Contorno Augusto Casagrande:
8,5 km de extensão da ES - 115,
ligando Jacaraípe à Nova Almeida

2

PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DO ESPÍRITO SANTO

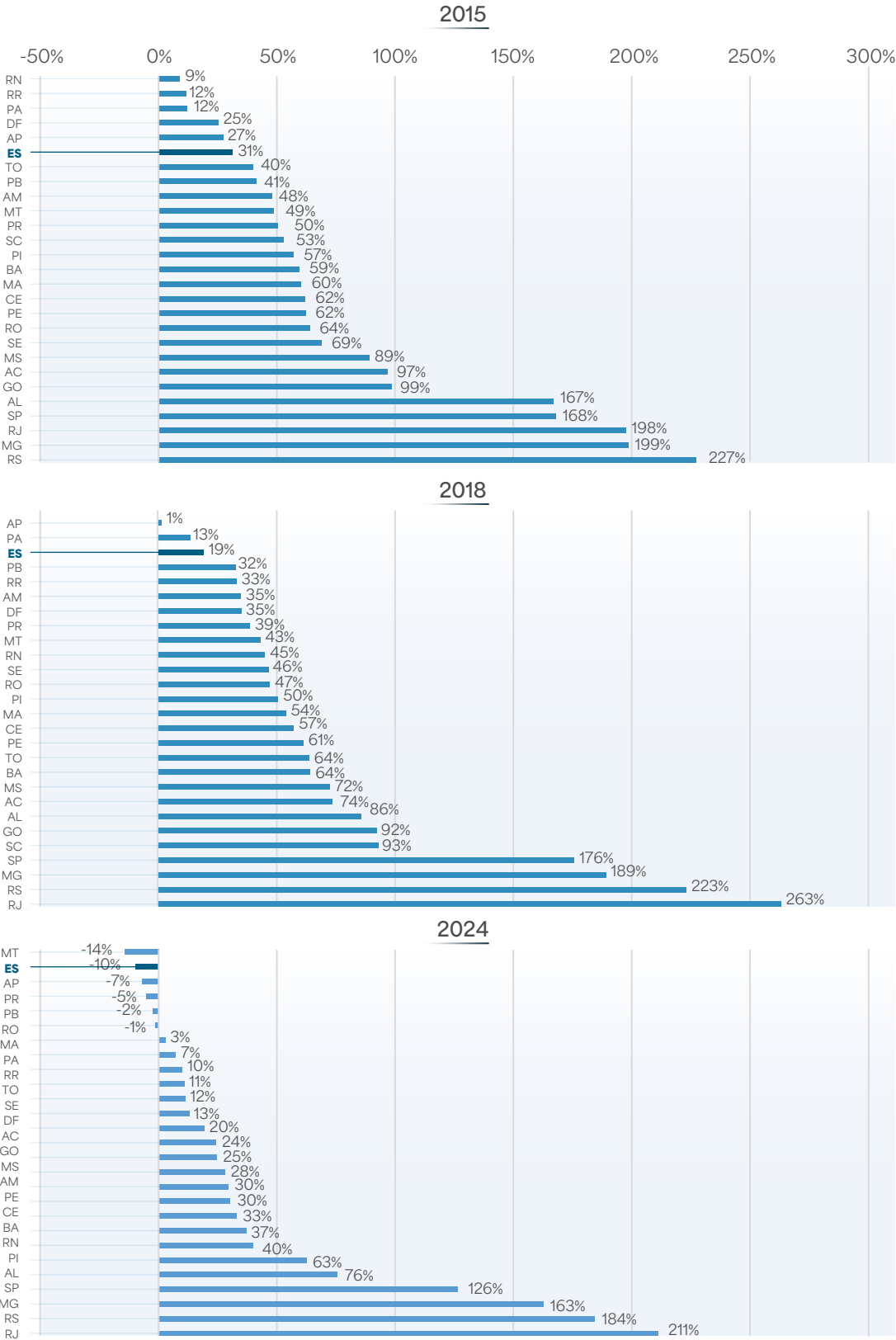
As rubricas fiscais do estado do Espírito Santo encerram o exercício de 2025 alcançando todas as expectativas que foram traçadas no plano de ação fiscal estruturado em 2019. E o perfil de endividamento, um dos três principais pilares da transformação fiscal experimentada pelas finanças capixabas, é um deles, por ser um dos indicadores mais robustos para avaliar a saúde fiscal de um estado.

Este indicador crucial, que reflete a prudência na gestão financeira, é a proporção entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Expresso em percentual, este índice é o termômetro do endividamento, pois normaliza o passivo total (DCL) pela capacidade efetiva de geração de receita (RCL). Ao fazê-lo, permite uma avaliação objetiva e uma comparação justa da sustentabilidade da dívida entre estados e economias de diferentes escalas e volumes de recursos.

A Dívida Consolidada Líquida representa o endividamento de longo prazo do Estado, descontando-se as disponibilidades de caixa e outros haveres financeiros, oferecendo uma visão real da obrigação financeira. Por sua vez, a Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, já deduzidas as transferências constitucionais e legais obrigatórias aos municípios e outras deduções exigidas pela legislação. É, portanto, a base de recursos que o Estado tem para honrar seus compromissos.

A evolução e a gestão estratégica deste indicador são de extrema relevância para a estabilidade econômica e a capacidade de investimento. Valores elevados podem sinalizar dificuldades futuras no serviço da dívida e limitar o espaço fiscal para políticas públicas e investimentos em infraestrutura e serviços essenciais.

GRÁFICO 6 EVOLUÇÃO DO RANKING DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS, 2015-2018-2024

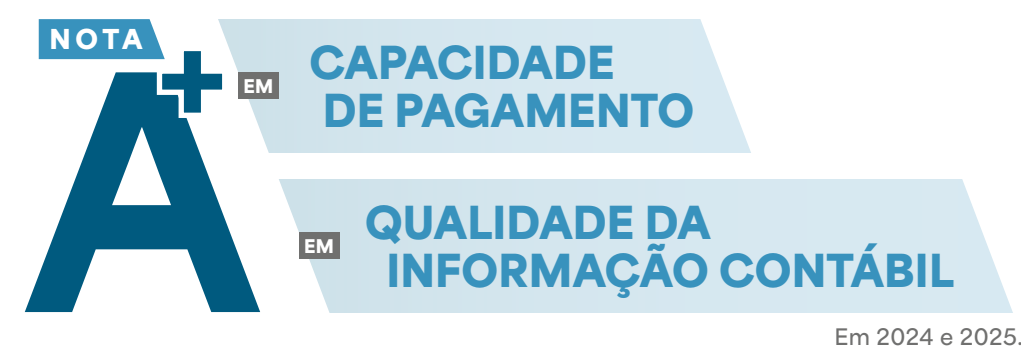


Para fornecer uma análise visual e contextualizada desse parâmetro fiscal, o gráfico a seguir apresenta a evolução detalhada deste indicador fundamental para os estados brasileiros. A ilustração abrange um período significativo, comparando os patamares de endividamento em três momentos cruciais: 2015, um ano de desafios econômicos; 2018, que reflete a fase subsequente de ajustes; e o dado consolidado de 2024, que oferece a perspectiva mais recente sobre a disciplina fiscal e o panorama pós-pandêmico. Esta comparação temporal permite identificar tendências, avaliar o impacto das diferentes gestões e verificar quais unidades federativas demonstraram maior capacidade de controle e redução de seu endividamento relativo.

Nota-se que em 2015 o Espírito Santo apresentava um endividamento de **31,4%** de sua RCL, um patamar considerável. Ao final da última gestão em 2018, o indicador já demonstrava uma melhora, caindo para **19%**. A transformação mais notável, contudo, ocorreu em 2024, quando o Espírito Santo atingiu a marca de **-9,7%**. O valor negativo significa que o Estado possui mais recursos em caixa do que o total de sua dívida consolidada, uma posição de **credor líquido**. Em contraste, estados como Rio de Janeiro (211,2%), Rio Grande do Sul (184,4%) e Minas Gerais (162,6%) enfrentaram um endividamento severo, comprometendo grande parte de suas receitas futuras.

Essa análise comparativa demonstra a excelência da gestão fiscal capixaba. Enquanto a maioria dos estados brasileiros apresenta indicadores de Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) em patamares elevados – evidenciando um comprometimento significativo das receitas futuras para o pagamento da dívida –, o Espírito Santo inverteu completamente essa lógica.

Ademais, o Estado acumulou 14 anos consecutivos (até setembro de 2025) com nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), destacando-se como uma das melhores gestões fiscais do país. A análise da CAPAG - Capacidade de Pagamento, realizada pelo Tesouro Nacional, retrata a saúde fiscal dos entes subnacionais, onde é avaliado o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa. Em 2024 e 2025, com efeito dos novos parâmetros fiscais e contábeis que o Espírito Santo alcançou, houve um *upgrade* da avaliação, onde o Estado recebeu a nota “A+” consecutivamente.



BOX 1

O LEGADO DO FUNDO SOBERANO

O ESPÍRITO SANTO E A ESCOLHA PELA RESPONSABILIDADE

Em um país frequentemente marcado por crises fiscais, déficits orçamentários crônicos e políticas públicas imediatistas, o Espírito Santo tem dado um exemplo para o Brasil. O Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (FUNSES) é, antes de tudo, uma demonstração concreta de visão de futuro, prudência e compromisso com as próximas gerações.

Instituído em 2019, o FUNSES representa mais do que um instrumento técnico de gestão financeira: ele simboliza uma nova mentalidade na administração pública capixaba, na qual o desenvolvimento sustentável acontece por meio de um planejamento de longo prazo, responsabilidade fiscal e capacidade de resistir aos ciclos de euforia e escassez que ainda marcam a economia brasileira, especialmente nos estados dependentes das receitas do petróleo.

Ao destinar parte da arrecadação proveniente de royalties e participações especiais do petróleo e gás natural para um fundo financeiro de longo prazo, o Espírito Santo constrói uma espécie de “colchão de proteção” contra instabilidades futuras. Em tempos de crise, como queda no preço do barril de petróleo, desaceleração econômica ou choques externos, o Estado estará mais preparado para manter suas políticas públicas, proteger os mais vulneráveis e sustentar investimentos essenciais.

PORQUE CRIAR UM FUNDO SOBERANO?

- Política fiscal **menos dependente** dos Royalties
- **Uso racional** dos recurso público
- Instrumento de **estabilização** fiscal
- Fonte de recursos para **investimentos estratégicos**
- Bem-estar das **gerações futuras**



Assim, a ideia de criar o Fundo Soberano tem relação com a projeção de futuro sobre a transição energética, um cenário em que o Estado reconheceu a necessidade de se preparar para um futuro com menor dependência de combustíveis fósseis. Nesse contexto, o governo estabeleceu diretrizes para orientar a tomada de decisões e ações que levaram à adoção de uma política fiscal menos dependente das receitas de *royalties*. Ao fazer isso, criou-se um novo marco na utilização racional dos recursos públicos.

Constituído para ser um instrumento de estabilização fiscal mediante a formação de uma poupança intergeracional, o FUNSES não apenas fortalece o equilíbrio financeiro do estado, mas também contribui para a consolidação de um ambiente de confiança, um ativo intangível, porém fundamental para a atração de investimentos, desenvolvimento de parcerias e aumento da competitividade regional. Um estado que demonstra equilíbrio e prudência em sua gestão, proporciona um ambiente de segurança para novos investimentos.

FINALIDADES

Gerar mecanismos de poupança intergeracional

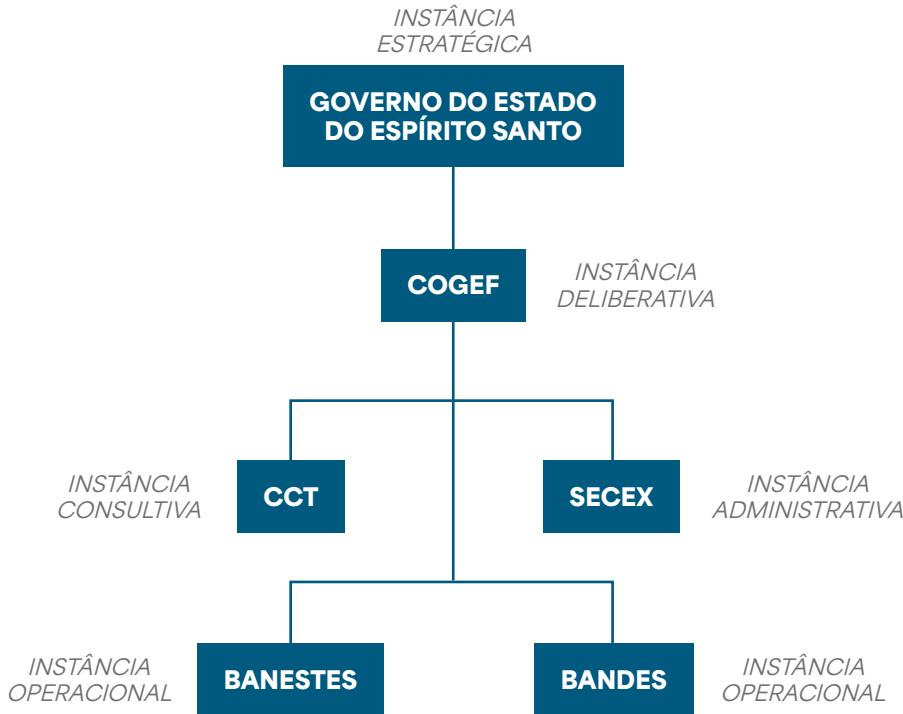
Promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado



Ao estabelecer regras claras de aplicação dos recursos, priorizando ações estratégicas e sustentáveis, o FUNSES se posiciona como um instrumento de transformação estrutural, permitindo, inclusive, que o estado inove em políticas públicas sem comprometer sua hígidez fiscal.

A estrutura de governança do FUNSES é robusta, seguindo as diretrizes legais do fundo, e se diferencia pela gestão profissionalizada e transparente de seus agentes operadores

e por um conselho gestor responsável por aprovar as diretrizes gerais para a utilização dos recursos devidamente alinhadas com os objetivos estratégicos do Estado. Sob a ótica das melhores práticas de gestão e governança, a combinação desses elementos cria um modelo que é frequentemente elogiado em eventos nacionais e internacionais, sendo considerado o fundo soberano mais bem posicionado na América Latina e o terceiro melhor no *ranking global*.



COGEF - MEMBROS

- Secretário de Desenvolvimento - Presidente
- Secretário de Governo - Vice Presidente
- Secretário da Fazenda
- Secretário de Planejamento
- Procurador Geral do Estado
- Diretor-presidente do Banestes
- Diretor-presidente do Bandes

Com um saldo de R\$ 2,360 bilhões (31/12/2025 – Fonte: SEFAZ/GEFAP), aproximadamente 8% da Receita Corrente Líquida do Estado, o FUNSES já registrou mais de R\$ 677 milhões em rendimentos.

Como agente financeiro do FUNSES, o Banestes administra atualmente cerca de R\$ 928 milhões depositados no Banestes Funes FI Multimercado. Tendo o FUNSES como cotista exclusivo, o objetivo do fundo é buscar a valorização de suas cotas por meio da aplicação de recursos em diversos ativos financeiros e modalidades operacionais no mercado,

com meta de superar a rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Desse modo, o Banestes gera mecanismos de poupança com finalidade intergeracional.

As operações do Bandes, enquanto agente de desenvolvimento do FUNSES, visam estimular o setor privado capixaba a participar da atividade econômica no estado, provocando o efeito *crowding-in* na economia capixaba. O objetivo é fomentar o ambiente de negócios, investindo em setores estratégicos como indústria, saúde, educação e energia, promovendo o desenvolvimento sustentável.

FUNSES 1 - FIP

O Funes 1, Fundo de Investimento em Participações criado em 2022, foi a primeira modalidade de investimento criada pelo Bandes com o objetivo de diversificar a economia e desenvolver um ecossistema de startups de base tecnológica no estado. Com subscrição de R\$ 250 milhões pelo FUNSES, cotista exclusivo do Funes 1, na época do seu lançamento foi considerado o maior fundo de *venture capital* do país.

Tendo a Quartzo Capital como gestora, o Funes1 já tem mais de R\$ 90 milhões comprometidos com empresas, que precisam seguir os seguintes critérios para receberem recursos do FUNSES: ser uma empresa criada no ES, ou ter investimentos no ES, ou ainda ter sede fiscal no ES.

Desse montante, 13 startups já foram contempladas com investimentos diretos, 32 startups beneficiadas com aportes de recursos e mentorias corporativas (chamada também de aceleração com investimento), além de 230 startups que já usufruíram da solução de mentorias, sem aporte de recursos, visando o fortalecimento do ecossistema de negócios local e a aceleração do desenvolvimento de talentos capixabas.

É importante destacar que Vitória – ES já é considerada um **Centro Tecnológico Emergente na América Latina** pela *Association for Private Capital Investment in Latin America* – LAVCA (dados referentes a 30 de junho de 2025).

FUNSES 2 - PROGRAMA FUNSES ESG DE DESENVOLVIMENTO

Lançado em 2024, o Funes 2 é uma iniciativa do Governo do Espírito Santo, operacionalizada pelo Bandes, que utiliza recursos do Fundo Soberano para financiar projetos de empresas capixabas com foco em práticas ambientais, sociais e de governança. O objetivo é fomentar a economia capixaba e estimular o desenvolvimento sustentável, apoiando projetos estratégicos nos setores de indústria, saúde, educação e energia. O investimento é feito por

meio da subscrição de debêntures pelo FUNSES, não conversíveis em ações, e conta com uma dotação inicial de R\$ 250 milhões. O alvo são empresas já estabelecidas, com projetos que tenham impactos no Espírito Santo, selecionados a partir da adesão à agenda ESG – demonstrando esforços para minimizar impactos ambientais, construir um mundo mais justo e responsável e manter os melhores processos de administração e governança.

FUNSES 3 - PROGRAMA DE DESCARBONIZAÇÃO

A partir do lançamento do Funes 3, em abril de 2025, o Fundo Soberano também pretende deixar um legado ambiental para as futuras gerações. Um exemplo é o Programa de Descarbonização da Economia Capixaba, iniciativa vinculada ao Fundo que visa financiar projetos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio da diversificação da matriz energética das atividades econômicas no Estado.

Vinculado ao Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE do Espírito Santo, que estabelece as políticas, diretrizes e estratégias das emissões de GEE do Espírito Santo até 2050, o Fundo de Descarbonização (FIDC), instrumento a ser utilizado nessa modalidade de

investimento, contará com uma estrutura de *blended finance* que combina recursos públicos ao capital privado, elevando a escala e o impacto dos investimentos. Considerando o fato de que os projetos inovadores de redução de carbono são naturalmente percebidos pelos investidores tradicionais como de maior risco, limitando o acesso ao crédito, este modelo surge como uma possibilidade de solução para os financiamentos climáticos.

O Fundo de Descarbonização adotará uma estrutura de cotas divididas em subclasses (sênior, mezanino e subordinada), distribuindo riscos e retornos entre os participantes. O FUNSES será cotista sênior, com subscrição de R\$ 500 milhões. O BTG Pactual é o gestor que irá operacionalizar o Fundo,

selecionado através de edital de chamada pública, se comprometendo também a aportar recursos, no que o mercado classifica como *skin in the game*.

Os principais resultados esperados incluem:

- **Redução de Emissões:** contribuir para a meta estadual de redução de 27% das emissões de GEE até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050;
- **Financiamento de Projetos:** alavancar investimentos em projetos de transição energética e diversificação da matriz energética em diversas atividades econômicas, beneficiando desde grandes empresas a startups de base tecnológica;
- **Desenvolvimento Sustentável:** promover um modelo de desenvolvimento econômico mais sustentável e resiliente, que também pode gerar empregos

e impulsionar a inovação tecnológica no Espírito Santo;

- **Atração de Investimentos:** criar um ambiente propício para a atração de cadeias de investimentos verdes, posicionando o estado como líder em iniciativas de descarbonização no Brasil;
- **Inovação:** apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções voltadas para a sustentabilidade e eficiência energética.

Mais que um mecanismo econômico-financeiro, o FUNSES é uma escolha política de maturidade e compromisso intergeracional. Indo um pouco mais além, é fruto de uma visão estratégica que entende a importância da utilização de recursos provenientes da exploração de combustíveis fósseis para financiar o desenvolvimento e a implementação de fontes de energia renovável e tecnologias limpas.



PRIMEIRA POSIÇÃO
entre os fundos soberanos da América Latina no Ranking Global de Fundos Soberanos 2025.

Avaliação do IEFS - Instituto de Estudos de Fundos Soberanos.

3

EFICIÊNCIA DA ARRECADAÇÃO

À primeira vista, quando pensamos em uma transformação fiscal de grande magnitude como a experimentada pelo Espírito Santo, é natural conjecturar sobre eventual aumento da carga tributária como mecanismo de ajuste.

No entanto, ao analisar a evolução da receita corrente do Estado entre 2015 e 2024, observa-se a persistência do *gap* negativo do Espírito Santo em relação ao crescimento agregado nacional, ainda que com menor divergência.

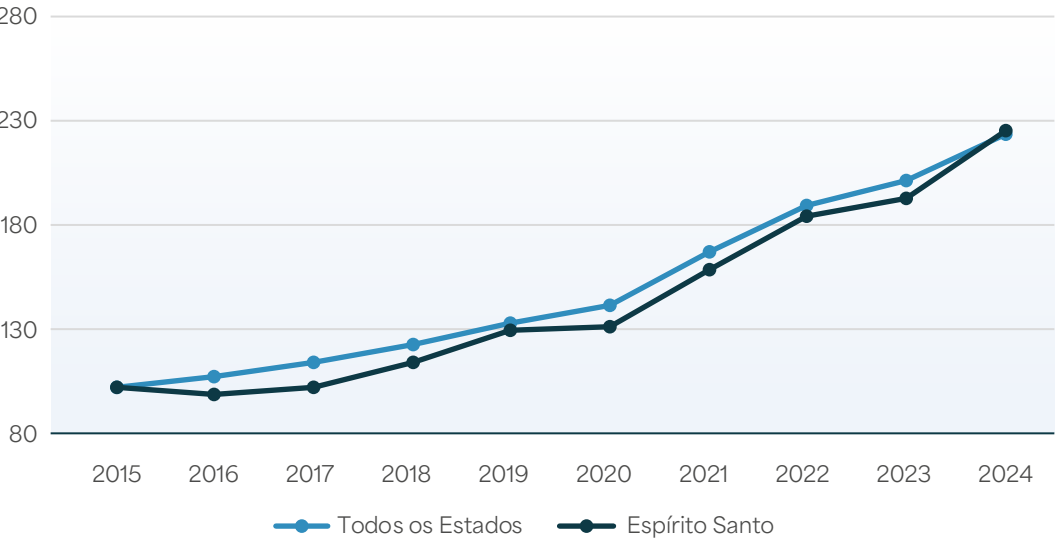
Enquanto o agregado nacional avançou de forma contínua desde 2016, o Espírito Santo apresentou estagnação inicial em 2016, com leve retração em relação ao ano-base. A retomada gradual ocorrida entre 2017 e 2019, mas sempre abaixo da trajetória média dos demais entes subnacionais, aponta para certa resiliência fiscal, mas sem reversão do diferencial acumulado até então.

Esse comportamento demonstra, no período pré-pandemia, uma expansão mais moderada da base arrecadatória estadual. Em 2020, ano marcado pelo choque econômico da pandemia, o gráfico indica estabilidade, do ponto de vista nominal, da receita corrente no Espírito Santo, divergindo do agregado dos outros estados.

A partir de 2021, ocorre uma forte inflexão positiva. O Espírito Santo passa a apresentar crescimento acelerado da receita corrente, em linha com o movimento observado no conjunto dos estados. O ritmo de expansão do ES, especialmente entre 2021 e 2024, é ligeiramente superior, permitindo uma convergência progressiva em relação ao agregado nacional.

Esse movimento culmina em 2024, quando ambos os índices atingem aproximadamente 225, indicando que a receita corrente do Espírito Santo mais que dobrou em termos nominais em relação a 2015. O estado alinha-se plenamente à média dos entes subnacionais, eliminando a defasagem observada nos anos anteriores.

GRÁFICO 7 EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE, AGREGADOS DO ESTADOS VS. ESPÍRITO SANTO
(Ano base 2015 = 100)



No entanto, apesar da arrecadação ter se recuperado ao longo dos últimos 7 anos, ao visualizar os dados da principal fonte de arrecadação em perspectiva histórica, o imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS, fica mais evidente que a arrecadação não foi a variável que possibilitou a transição fiscal.

A análise da arrecadação tributária do Estado do Espírito Santo, considerando os principais tributos estaduais – ICMS, Imposto de Renda arrecadado pelo ente subnacional, IPVA e ITCMD – revela um desempenho consistente e, em diversos momentos, superior à média nacional no período analisado, tomando-se o ano de 2015 como base igual a 100.

O ICMS, principal fonte de receita própria dos estados, apresenta trajetória de crescimento contínuo ao longo do período. No Espírito Santo, observa-se uma expansão moderada entre 2015 e 2019, ligeiramente inferior à média dos estados até 2017, mas com aceleração a partir de 2018. Em 2021, há um ponto de inflexão importante, quando a arrecadação do ICMS no Espírito Santo converge para o desempenho médio nacional, acompanhando a forte recuperação econômica e o efeito inflacionário sobre a base tributável.

Nos anos subsequentes, especialmente entre 2022 e 2024, o Estado apresenta crescimento mais intenso do que o agregado dos estados, atingindo patamar significativamente superior ao índice nacional, o que indica maior dinamismo da atividade econômica local e eficiência nos processos de arrecadação e fiscalização por parte da Receita Estadual.

Esse mesmo comportamento ocorreu em relação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD. O Estado consegue, ao final do período, alcançar a média nacional em função das melhorias de governança e de tecnologia, que proporcionaram mais agilidade nos processos de arrecadação na Secretaria da Fazenda.

GRÁFICO 8 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)

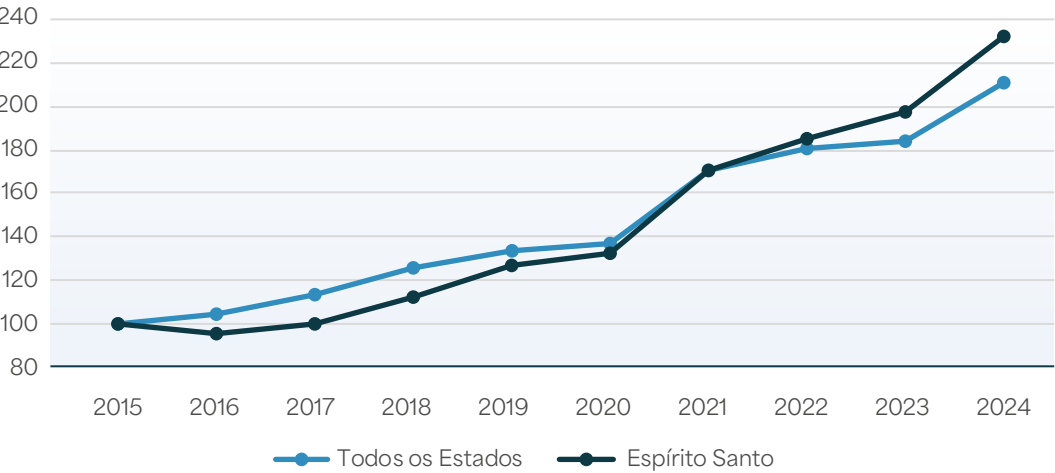
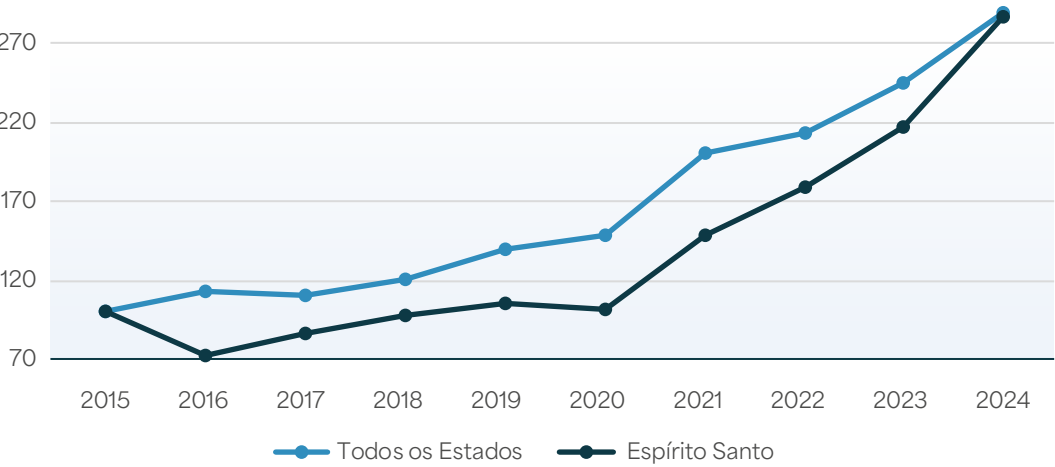


GRÁFICO 9 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ITCMD DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)

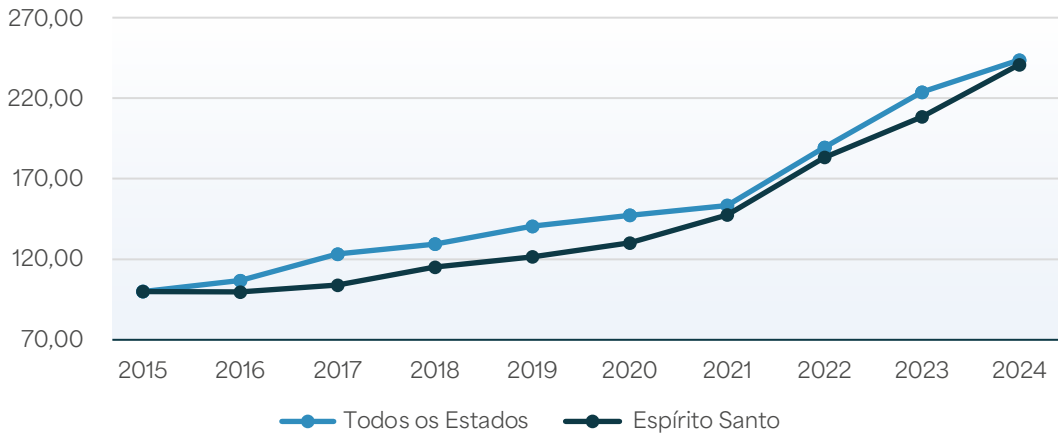


Enquanto a evolução da receita do ITCMD nos demais estados brasileiros manteve um ritmo de crescimento mais linear ou, em alguns casos, de estagnação, o Espírito Santo experimentou um salto. Esta diferença de desempenho consolida o Estado como um modelo de referência na gestão tributária, demonstrando que é possível conciliar a responsabilidade fiscal com a inovação administrativa e a justiça tributária, consolidando a arrecadação como pilar de financiamento para o robusto plano de investimentos públicos.

A arrecadação do ITCMD, a partir de 2021, cresce de forma expressiva, com taxas elevadas nos anos seguintes. Embora o Espírito Santo permaneça abaixo da média nacional durante boa parte do período, a distância diminui progressivamente, culminando em 2024 com níveis praticamente equivalentes aos observados no agregado dos estados, e evidenciando fortalecimento da base tributária relacionada a transmissões patrimoniais.

Este sucesso não é casual, mas sim resultado da modernização administrativa tributária, otimização da fiscalização e uso de ferramentas digitais, garantindo maior conformidade.

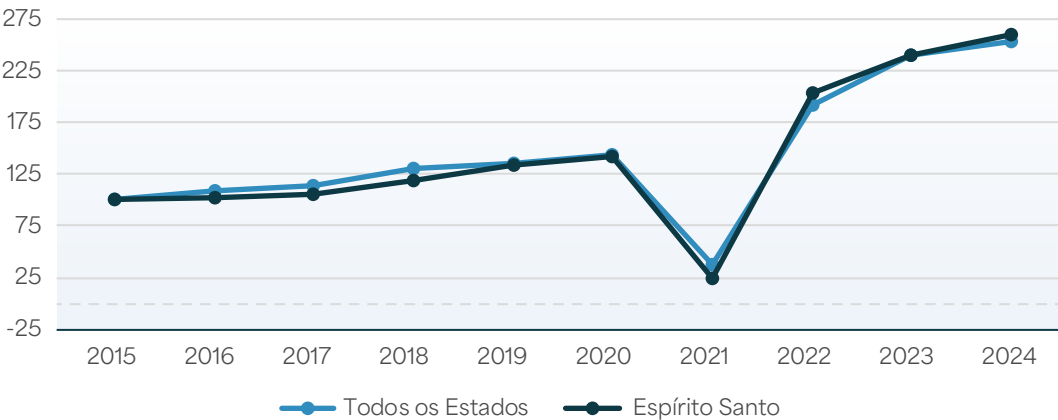
GRÁFICO 10 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)



Por outro lado, o Imposto de Renda arrecadado pelo Estado apresenta trajetória claramente ascendente ao longo de todo o período analisado. A partir de 2016, tanto o Espírito Santo quanto o agregado dos estados registram crescimento contínuo, com aceleração significativa após 2021. Embora o desempenho capixaba permaneça levemente abaixo da média nacional durante a maior parte do período, a tendência de convergência é clara, especialmente entre 2022 e 2024.

Esse comportamento é fruto da aplicação de um sólido plano de auditorias financeiras do Tesouro Estadual sobre os gastos governamentais. O Estado, na qualidade de fonte pagadora - ao pagar salários a funcionários públicos estaduais ou pagar por serviços e bens adquiridos de empresas privadas - é o responsável por reter o imposto na fonte e recolhê-lo aos seus próprios cofres, e não aos da União.

GRÁFICO 11 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO IPVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)



Com relação à arrecadação do IPVA, é notório o comportamento semelhante entre o Espírito Santo e o agregado dos estados, com crescimento moderado entre 2015 e 2020. Em 2021, observa-se uma queda abrupta nos índices, comum a ambos os recortes, refletindo fatores excepcionais relacionados ao contexto econômico daquele ano.

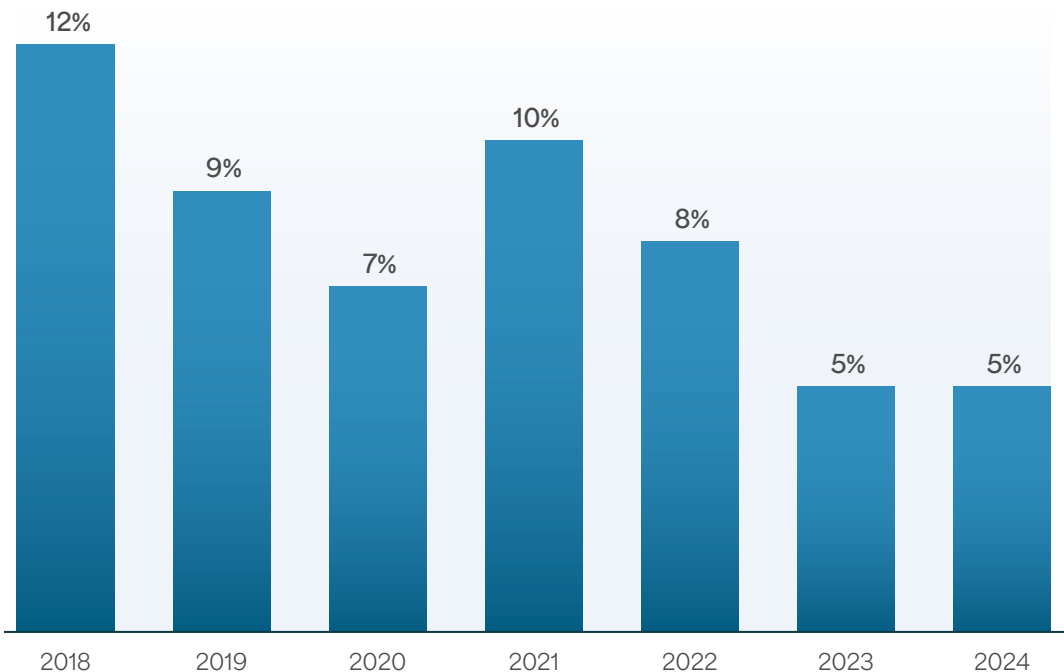
A partir de 2022, a arrecadação se recupera de forma intensa, superando rapidamente os níveis pré-queda. O Espírito Santo acompanha de perto a média nacional, chegando a superá-la marginalmente nos anos finais da série, o que pode ser associado à valorização da frota, ao aumento do número de veículos e à recuperação do consumo.

De forma geral, os gráficos indicam que o Espírito Santo apresenta desempenho arrecadatório robusto no período analisado, com destaque para o crescimento do ICMS e da retenção do Imposto de Renda a partir de 2022 e a forte recuperação recente do IPVA e do ITCMD.

A convergência – e em alguns casos superação – dos índices estaduais em relação ao agregado nacional demonstra um comportamento equiparado aos demais entes subnacionais, com leve superação em determinadas rubricas, o que evidencia a maior eficiência na gestão tributária e ampliação da base de incidência dos tributos estaduais.

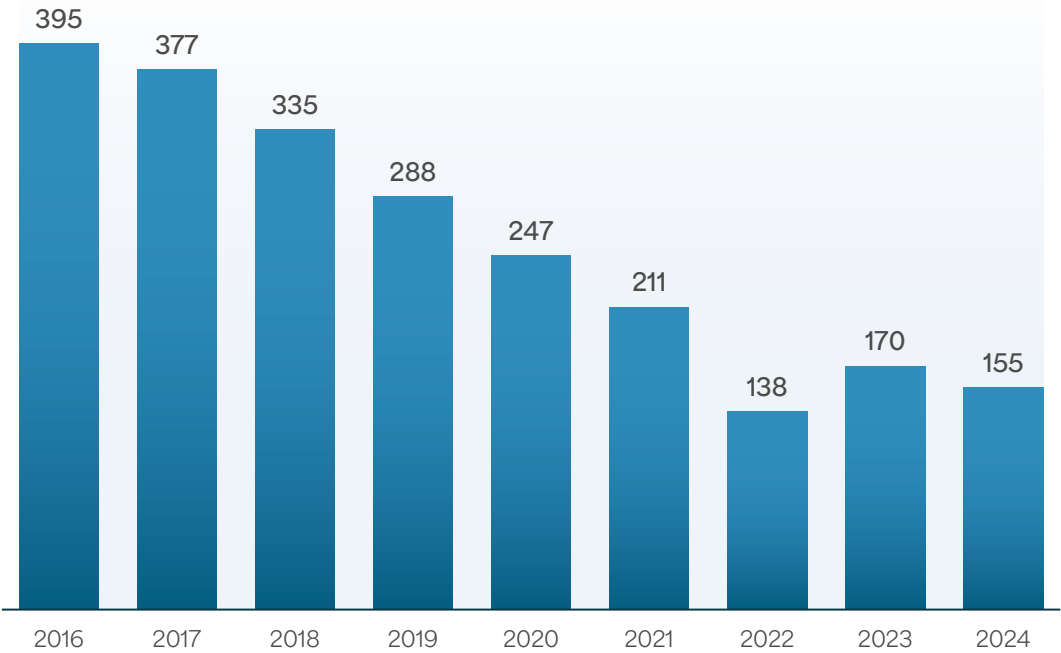
De todo modo, importante ressaltar a perda da importância relativa das receitas de royalties e participações especiais ao longo dos últimos anos. Destaca-se a queda de participação em relação à receita total do estado, saindo de 12% em 2018 para 5% no ano de 2024.

GRÁFICO 12 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2018-2024



A observação de um declínio resiliente do volume de produção a partir de 2016 demonstra que o Espírito Santo efetuou a transição de um produtor de alto crescimento para uma bacia madura em fase de declínio estrutural. Essa “nova normalidade” exigiu uma recalibração estratégica na qual o Estado vem atuando para diminuir a dependência econômica dos royalties do petróleo.

GRÁFICO 13 PRODUÇÃO DIÁRIA MÉDIA DE BARRIS DE PETRÓLEO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2016-2024 (unidade: mil)



Nesse contexto, denota-se a importância do Fundo Soberano como formador de poupança intergeracional e fonte de recursos para investimentos estratégicos, sinalizando o caminho para o uso racional dos recursos provenientes da produção de petróleo e gás natural no estado.

BOX 2

MOBILIDADE, FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

A partir de 2019, o Espírito Santo passou a estruturar uma política de mobilidade que transcende a lógica tradicional do transporte, articulando investimentos públicos, responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico. O conjunto de iniciativas implementadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo revela uma estratégia integrada, que combina grandes obras estruturantes, inovação em modais sustentáveis e ações capilarizadas no interior, com impactos diretos sobre a eficiência econômica e a qualidade de vida da população.

Esse movimento foi favorecido por um contexto de maior equilíbrio das contas públicas, que permitiu ao Estado ampliar sua capacidade de investimento sem comprometer a sustentabilidade fiscal. A mobilidade, nesse cenário, consolidou-se como um vetor estratégico de crescimento, inclusão social e competitividade territorial.





Na Região Metropolitana da Grande Vitória, as políticas de mobilidade adotadas desde 2019 buscaram diversificar modais, reduzir a dependência do transporte individual e ampliar a eficiência do sistema coletivo. A modernização do Sistema Transcol, com renovação de frota, climatização, acessibilidade e introdução gradual de tecnologias menos poluentes, exemplifica essa diretriz.

Nesse contexto, destaca-se a Ciclovia da Vida, implantada na Terceira Ponte, como símbolo de inovação em

mobilidade ativa. Mais do que uma infraestrutura cicloviária, o projeto incorporou uma função social relevante ao atuar como barreira de proteção, ao mesmo tempo em que ampliou a oferta de deslocamentos sustentáveis entre Vitória e Vila Velha. O elevado número de usuários desde sua inauguração demonstra a aderência da população e o retorno social do investimento público. Acessoriamente, a administração estadual realizou o alargamento da Terceira Ponte, possibilitando a implementação de mais

uma faixa em cada sentido, melhorando a mobilidade de forma significativa para os usuários desse equipamento público.

Complementarmente, a retomada do Sistema Aquaviário reposicionou o transporte sobre a baía como alternativa real de deslocamento urbano. Integrado tarifariamente ao

Transcol, o aquaviário contribuiu para reduzir a pressão sobre o sistema viário, ampliou a conectividade metropolitana e agregou valor turístico e ambiental. Sob a ótica financeira, trata-se de um modal com potencial de ganhos de eficiência no longo prazo, especialmente quando integrado a outros sistemas de transporte coletivo.

FIGURA 1 E 2 INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E FLUIDEZ VIÁRIA: O CONTORNO DO MESTRE ÁLVARO



No eixo da mobilidade rodoviária e logística, o **Contorno do Mestre Álvaro** representa uma das intervenções mais relevantes dos últimos anos. A obra, aguardada por décadas, alterou de forma estrutural a dinâmica do tráfego no município da Serra ao retirar o fluxo pesado da BR-101 do perímetro urbano, melhorando a fluidez, a segurança viária e a qualidade de vida da população local.

O projeto tem impacto direto sobre a economia estadual. A redução

de congestionamentos, a diminuição do tempo de viagem e o ganho de eficiência no transporte de cargas fortalecem a competitividade do Espírito Santo como corredor logístico, além de estimular investimentos privados no entorno da nova via. Do ponto de vista fiscal, trata-se de um exemplo de como grandes obras estruturantes podem gerar efeitos indiretos positivos sobre a atividade econômica e, consequentemente, a arrecadação.

CAMINHOS DO CAMPO: MOBILIDADE RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Se, na metrópole, o foco esteve na diversificação de modais, no interior do estado a mobilidade ganhou contornos de **política de desenvolvimento regional** por meio do programa **Caminhos do Campo**, executado pelo DER-ES. O programa prioriza a pavimentação de estradas vicinais, conectando áreas rurais a sedes municipais, polos

produtivos e corredores logísticos.

Os impactos econômicos dessa política são diretos: redução dos custos de escoamento da produção, aumento da competitividade do agro-negócio e fortalecimento da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, há ganhos sociais relevantes, com melhoria do acesso a serviços essenciais,

Foto: Heitor Righetti Machado



Contorno de São Mateus:
Nova Rodovia ES-318,
com 25 km de extensão



transporte escolar e saúde, contribuindo para reduzir desigualdades territoriais e conter o êxodo rural.

Sob a ótica das finanças públicas, o Caminhos do Campo apresenta elevada relação custo-benefício. Com investimentos unitários menores que grandes obras urbanas, gera retornos econômicos e sociais expressivos, reforçando uma estratégia de alocação eficiente dos recursos estaduais.

O conjunto de políticas de mobilidade implementadas no Espírito Santo desde 2019 revela uma abordagem integrada, que articula responsabilidade fiscal, planejamento de

longo prazo e inovação. Da mobilidade ativa à logística pesada, passando pelo transporte aquaviário e pela infraestrutura rural, o Estado construiu um portfólio de investimentos que amplia a eficiência econômica, promove inclusão social e fortalece sua posição competitiva.

Mais do que obras isoladas, essas iniciativas demonstram que a mobilidade, quando alinhada às finanças públicas e à estratégia de desenvolvimento, torna-se um instrumento poderoso de transformação territorial e de melhoria da qualidade de vida da população capixaba.

4

O CONTROLE DAS DESPESAS

A transformação fiscal do Espírito Santo ao longo da última década, consolidada a partir de 2019, decorre fundamentalmente de uma estratégia consistente de controle e qualificação da despesa pública, e não de uma expansão da carga tributária, como foi visto.

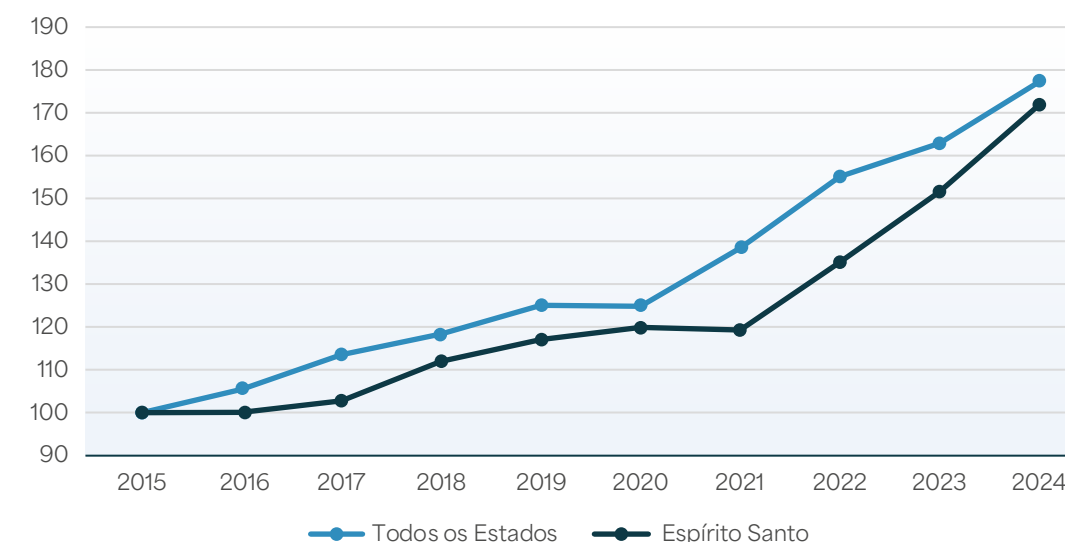
O Estado avançou na racionalização dos gastos correntes, com destaque para o controle das despesas com pessoal, a revisão de contratos, a priorização de investimentos com maior retorno socioeconômico e o fortalecimento do planejamento orçamentário de médio prazo.

Esse ajuste pelo lado da despesa permitiu recompor a capacidade de investimento, reduzir vulnerabilidades fiscais e preservar a competitividade econômica, evitando aumentos relevantes de tributos que poderiam comprometer o ambiente produtivo. Como resultado, o Espírito Santo construiu um equilíbrio fiscal estrutural, sustentado por disciplina orçamentária e eficiência do gasto público, que criou as bases para a expansão de políticas públicas estratégicas, como os investimentos em mobilidade e infraestrutura.

De modo geral, a partir da análise comparativa das despesas correntes do Espírito Santo em relação ao agregado dos demais estados, fica evidente um padrão de crescimento mais contido e disciplinado ao longo da maior parte do período, com mudança relevante apenas nos anos mais recentes.

Entre 2015 e 2020, observa-se que o Espírito Santo apresentou uma trajetória de crescimento de gastos correntes sistematicamente inferior à média dos estados. Enquanto o agregado nacional elevou suas despesas correntes de forma contínua e relativamente mais acelerada – alcançando cerca de 125 pontos em 2019 –, o ES cresceu em ritmo mais moderado, chegando a aproximadamente 118-120 no mesmo período. Esse comportamento ratifica a opção de estratégia deliberada de contenção do gasto corrente, com maior seletividade na expansão de despesas obrigatórias.

GRÁFICO 14 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)



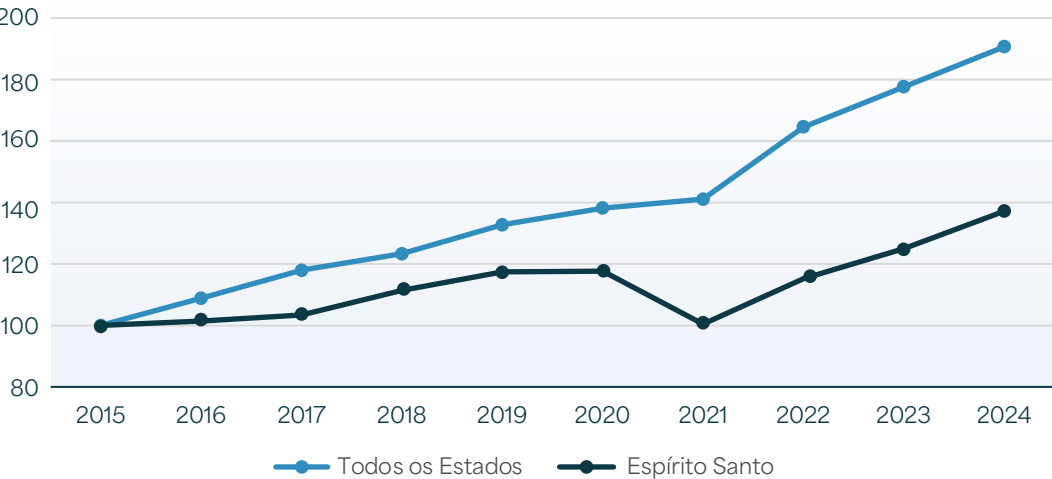
No biênio 2020-2021, a diferença de desempenho torna-se ainda mais evidente. Em um contexto de choques fiscais associados à pandemia, o agregado dos estados manteve trajetória de alta, enquanto o Espírito Santo apresentou estagnação relativa, com as despesas correntes praticamente estabilizadas em torno de 119-120. Esse dado reforça a leitura de que o Estado conseguiu absorver pressões conjunturais sem expansão significativa do gasto estrutural, algo pouco comum no cenário subnacional brasileiro.

A partir de 2022, há uma inflexão clara no comportamento das despesas correntes do ES. O crescimento se acelera de forma mais consistente, aproximando-se mais da dinâmica observada no agregado dos estados. Ainda assim, mesmo com essa aceleração, o Espírito Santo encerra 2024 ligeiramente abaixo da média nacional: cerca de 172 pontos contra aproximadamente 178 no agregado. Ou seja, embora o ritmo de crescimento recente tenha sido mais intenso, ele ocorre a partir de uma base mais contida, preservando uma vantagem relativa acumulada ao longo da década.

Em síntese, o gráfico revela que o Espírito Santo combinou, entre 2015 e 2021, uma política de forte disciplina sobre despesas correntes, que o diferenciou positivamente do conjunto dos estados. O crescimento mais robusto observado a partir de 2022 não anula esse histórico; ao contrário, indica que o estado passou a expandir gastos com maior espaço fiscal, após anos de controle, mantendo ainda assim um desempenho agregado mais prudente do que a média nacional no horizonte analisado.

É importante analisar que, entre 2015 e 2020, o Espírito Santo apresentou um crescimento moderado e controlado das despesas de pessoal, saindo de 100 para cerca de 118 pontos. No mesmo intervalo, o agregado dos estados avançou de forma bem mais intensa, ultrapassando 138 pontos. Essa divergência indica que, enquanto a média dos estados expandiu fortemente seus gastos com folha e encargos – pressionada por reajustes salariais, progressões automáticas e

GRÁFICO 15 EVOLUÇÃO DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2015-2024 (Ano base 2015 = 100)



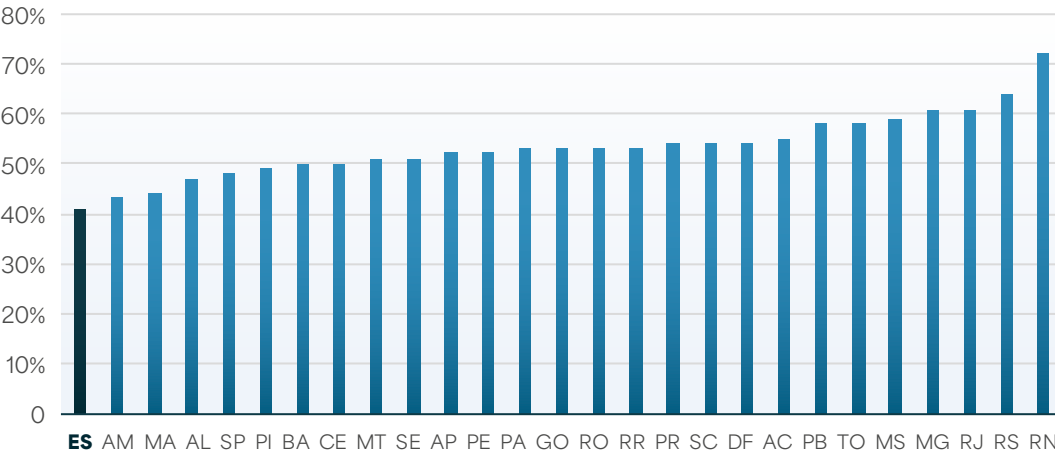
expansão de quadros –, o ES manteve políticas de reajuste conforme a inflação, controle de contratações e maior disciplina na gestão de carreiras.

O ano de 2021 marca um ponto singular na série do Espírito Santo. Diferentemente do agregado nacional, que seguiu trajetória ascendente e atiniu aproximadamente 141 pontos, o ES registrou uma redução nominal do índice de despesa de pessoal, retornando ao patamar de despesa de pessoal semelhante ao ano de 2015. Esse comportamento atípico no contexto subnacional foi resultado de efeitos combinados de medidas extraordinárias de contenção, como postergação de reajustes, impacto da legislação emergencial de controle de gastos com pessoal e recomposição de bases após despesas atípicas em anos anteriores.

A partir de 2022, observa-se retomada do crescimento das despesas de pessoal no Espírito Santo, porém em ritmo claramente inferior ao agregado dos estados. Em 2024, o índice do ES alcança cerca de 138, enquanto o conjunto dos estados se aproxima de 190. Ou seja, ao final da série, a despesa de pessoal do Espírito Santo cresce aproximadamente 38% em relação a 2015, contra um aumento próximo de 90% no agregado de todos os estados. Mas ainda assim o poder executivo estadual permanece como o ente com menor nível de despesa de pessoal em 2024, com gasto de 41% sobre a receita corrente líquida.

Do ponto de vista analítico, o gráfico reforça três conclusões centrais. Primeiro, o Espírito Santo construiu, ao longo da década, uma trajetória estruturalmente mais contida de gasto com pessoal, reduzindo riscos fiscais associados à rigidez orçamentária. Segundo, essa política ampliou o espaço fiscal para investimentos e outras despesas discricionárias, sobretudo a partir de 2022. Terceiro, mesmo com a retomada recente de crescimento, o estado preserva uma vantagem acumulada expressiva frente à média dos estados, evidenciando que a consolidação fiscal capixaba foi fortemente ancorada no controle da despesa de pessoal, e não em aumentos extraordinários de receita.

GRÁFICO 16 RANKING DE DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL DOS ESTADO BRASILEIROS EM 2024 (%)



Os dados analisados ao longo deste item evidenciam que o controle das despesas no Espírito Santo não foi resultado de medidas pontuais ou de ajustes conjunturais, mas da consolidação de uma governança fiscal ancorada na qualidade da gestão orçamentária. O comportamento mais contido das despesas correntes e, em especial, da despesa com pessoal reflete a capacidade do orçamento de traduzir diretrizes estratégicas em decisões fiscais responsáveis, assegurando previsibilidade, sustentabilidade das finanças públicas e credibilidade institucional.

Ao tratar o orçamento como instrumento estratégico, e não apenas como peça formal de alocação de recursos, o Estado fortaleceu a articulação entre planejamento, programação orçamentária, arrecadação e execução financeira. A adoção de práticas técnicas rigorosas, sustentadas por projeções realistas de receitas e despesas, permitiu alinhar a expansão do gasto à efetiva capacidade financeira do Estado, prevenindo desequilíbrios e elevando a qualidade do gasto público.

Nesse processo, a atuação integrada da Subsecretaria de Orçamento (Subeo), no âmbito da Secretaria de Economia e Planejamento, e da Subsecretaria do Tesouro Estadual (Subset), no âmbito da Secretaria da Fazenda, foi determinante para assegurar coerência entre a arrecadação e a execução da despesa, viabilizando o acompanhamento contínuo da disponibilidade financeira e garantindo que cada decisão de gasto estivesse permanentemente lastreada em receitas efetivas. Esse arranjo institucional conferiu maior rigor técnico, transparência e prudência à gestão fiscal.

Assim, a experiência capixaba demonstra que a trajetória de controle das despesas observada nos dados resulta da consolidação de um sistema integrado de gestão orçamentária, orientado a resultados e apoiado em evidências. Esse modelo ampliou o espaço fiscal para investimentos, reduziu riscos associados à rigidez do gasto e assegurou a sustentabilidade das finanças públicas, reafirmando a gestão orçamentária como elemento importante no equilíbrio fiscal e no desenvolvimento de longo prazo.

BOX 3

SEGURANÇA PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO

QUEDA CONSISTENTE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE VIOLÊNCIA

Desde 2019, a política de segurança pública do Espírito Santo tem se apoiado em um arranjo de governança orientado para metas e monitoramento contínuo, articulado no eixo do programa Estado Presente e no fortalecimento da coordenação interagências.

A lógica operacional combina: (i) presença policial e recomposição de efetivos, (ii) qualificação da inteligência e da investigação, e (iii) uso intensivo de tecnologia para prevenção situacional e elevação da taxa de resposta, especialmente em crimes violentos e patrimoniais.

Um vetor central foi a recomposição do efetivo e a ampliação planejada da capacidade de policiamento ostensivo, com ingresso de novos militares e expansão do quadro. A incorporação de 908 novos soldados da PMES, distribuídos nas unidades

operacionais em novembro de 2025, veio acompanhada de autorização de novo concurso para 1.000 soldados, com ênfase no reforço do combate à criminalidade e na presença territorial, após a expansão do quadro efetivo por via legislativa em dezembro de 2024.

Esse conjunto de medidas aponta para uma estratégia de médio prazo: elevar capacidade de patrulhamento, reduzir tempo de resposta e sustentar a presença em áreas críticas, sem depender apenas de operações pontuais.

A segunda frente estruturante é o uso de tecnologia para aumentar cobertura, dissuasão e capacidade de identificação. Implementação de 40 Totens de segurança blindados com IA na Grande Vitória, compondo uma política de “presença tecnológica” em espaços públicos e áreas de maior circulação.

Além do caráter preventivo, dados divulgados indicam utilização relevante e integração com recursos de identificação, com prisões decorrentes do uso de tecnologia associada. Na Região Metropolitana, o sistema de câmeras com reconhecimento facial viabilizou centenas de prisões. Em setembro de 2025, foi alcançado a marca de 400 prisões com mandados abertos associadas ao uso dessa tecnologia.

Outro ponto importante foi a implantação do Cerco Inteligente,

concebido para coibir crimes patrimoniais (especialmente veiculares), apoiar investigações e fortalecer fiscalização. O Estado já conta com mais de 1.600 câmeras integrando o sistema. No recorte urbano (Grande Vitória), há registros de redução em torno de 50% de crimes contra patrimônio e significativa recuperação de veículos com apoio do sistema. Além disso, o Detran-ES destacou os efeitos do cerco na identificação e localização de veículos clonados, indicando aplicação direta no enfrentamento de fraudes e crimes vinculados a roubo/furto.

A combinação entre efetivo, inteligência e tecnologia se traduz em resultados mensuráveis. O Espírito Santo encerrou 2024 com 852 homicídios, o melhor resultado desde 1996, e a primeira vez em 28 anos com menos de 900 casos anuais, com queda de 12,8% frente a 2023.

Em perspectiva, a taxa de homicídio aponta que o Estado sai de patamares muito elevados no passado para 20,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2024. Em 2025, a série segue em queda: o Observatório/Sesp divulgou 651 homicídios dolosos de janeiro a outubro, redução de 9,7% frente ao mesmo período de 2024.



5

EVIDENCIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Do ponto de vista macroeconômico, os últimos anos foram marcados por um período em que o custo de capital no Brasil permaneceu elevado (juros altos), o que tende a encarecer financiamentos, pressionar contratos e cronogramas (especialmente obras) e reduzir o ímpeto de investimento de entes públicos com menos espaço fiscal.

Esse ambiente de juros altos permaneceu relevante no ciclo 2023-2025, com o Banco Central mantendo postura restritiva, o que reforçou a leitura realizada pelo Governo do Estado, no plano de gestão fiscal em 2019, de que conseguir executar investimentos elevados exigiria capacidade fiscal e capacidade de gestão.

E foi exatamente essa percepção que possibilitou o Espírito Santo alcançar os maiores investimentos em toda sua trajetória, marca que foi quebrada consecutivamente nos últimos 7 anos de gestão.

O ES é uma economia relativamente pequena em população, mas com setores relevantes (cadeias industriais, logística/portos e atividades ligadas a commodities) com significativa sensibilidade a preços internacionais e ciclos setoriais. A partir dessa leitura, a capacidade de gerar superávits orçamentários em períodos favoráveis é fator preponderante para converter esforço fiscal em investimento.

O Espírito Santo ocupa a liderança nacional em esforço de investimento, com aproximadamente 20% da receita total destinada a esta finalidade. Trata-se de um patamar significativamente superior ao observado na maioria das unidades federativas. O Estado investe, proporcionalmente à sua receita, mais que o dobro da média nacional e cerca de 3 a 4 vezes mais que alguns grandes entes subnacionais.

GRÁFICO 17 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015-2024 (R\$ bilhões)

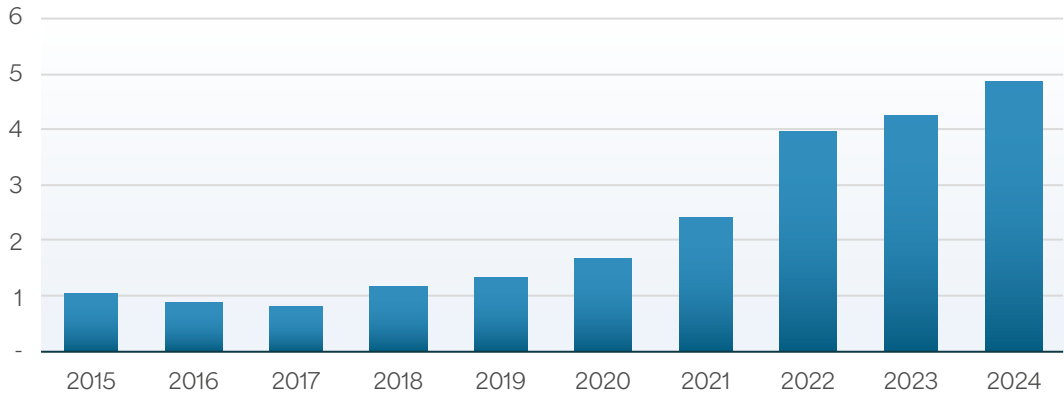
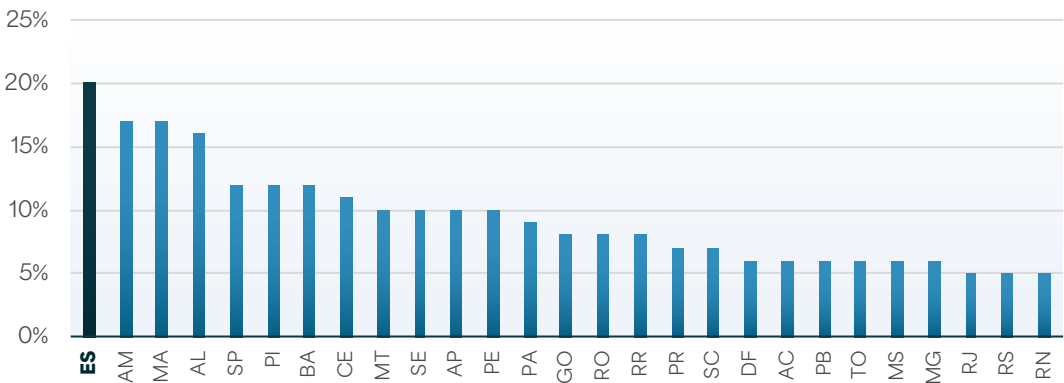


GRÁFICO 18 RANKING DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL, 2024 (%)



No Sudeste, a assimetria é muito clara. Em 2024, o ES investiu o dobro de SP, e aproximadamente quatro vezes mais que MG e RJ, proporcionalmente à receita. Isso evidencia uma vantagem fiscal estrutural do Espírito Santo dentro da região, associada a controle histórico de despesas correntes, menor pressão previdenciária relativa, gestão conservadora de endividamento e capacidade de transformar resultado fiscal em investimento real.

TABELA 1 RANKING DE INVESTIMENTOS DOS ESTADOS DO SUDESTE DO BRASIL, 2024

ESFORÇO DE INVESTIMENTO DOS ESTADOS DO SUDESTE (2024)		
ESTADO	INVESTIMENTOS / RECEITA TOTAL	POSIÇÃO RELATIVA NO SUDESTE
Espírito Santo	20%	1º lugar (líder absoluto)
São Paulo	10%	2º lugar
Minas Gerais	5%	3º lugar (empate)
Rio de Janeiro	5%	3º lugar (empate)

BOX 4

A EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS DE EXCELÊNCIA

A trajetória recente do Espírito Santo na gestão de suas finanças públicas tem sido marcada por um forte compromisso com a responsabilidade fiscal e a eficiência alocativa. Essa abordagem não apenas assegurou a saúde financeira do estado, mas também pavimentou o caminho para investimentos na educação, vetor fundamental de transformação social e desenvolvimento econômico de longo prazo, recebendo atenção prioritária e investimentos crescentes do governo estadual.

Na comparação das notas do IDEB, referente ao ensino médio regular público estadual, é notório o desempenho do Espírito Santo frente aos demais estados em 2023. O Estado aparece em segundo lugar no ranking dos estados brasileiros, empatado com o Paraná e 0,1 ponto abaixo de Goiás.

Ao longo da trajetória desse indicador, fica claro a consistente melhoria. Mesmo diante dos desafios impostos pelo período pandêmico, a performance do ES mostrou resiliência. Em 2021, observa-se uma leve acomodação do indicador, movimento também percebido em diversos sistemas educacionais. Ainda assim, o Estado manteve vantagem relativa. Em 2023, último ano que foi realizada a avaliação, o Espírito Santo registrou sua melhor marca, alcançando aproximadamente 4,7, enquanto a média dos demais estados se situou em torno de 4,1. O diferencial de cerca de 0,6 ponto no IDEB representa uma distância relevante em termos de qualidade educacional e desempenho sistêmico.

GRÁFICO 19 RANKING AVALIAÇÃO IDEB ENSINO MÉDIO REGULAR PÚBLICO ESTADUAL 2023

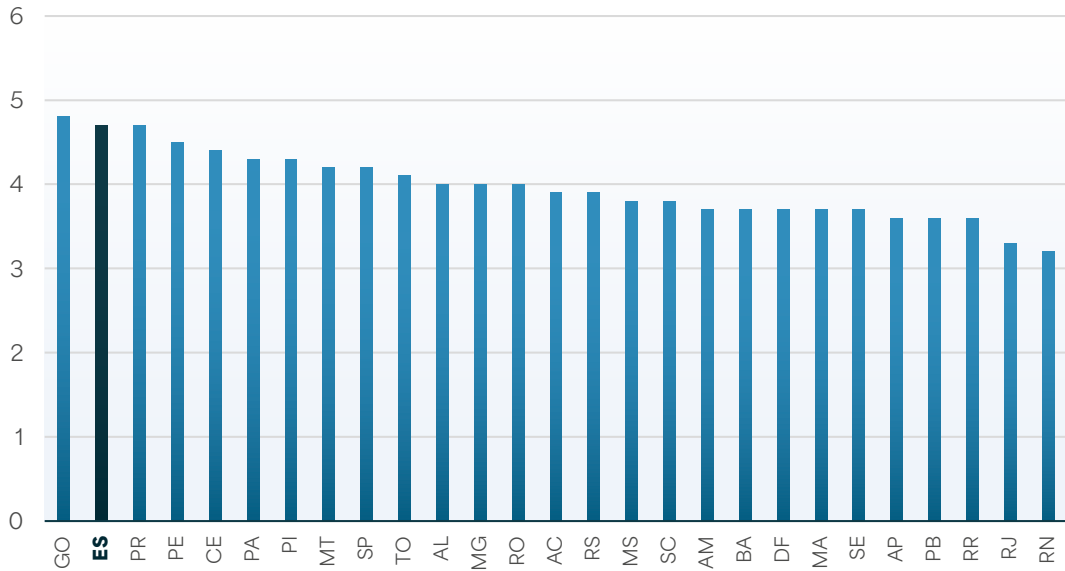
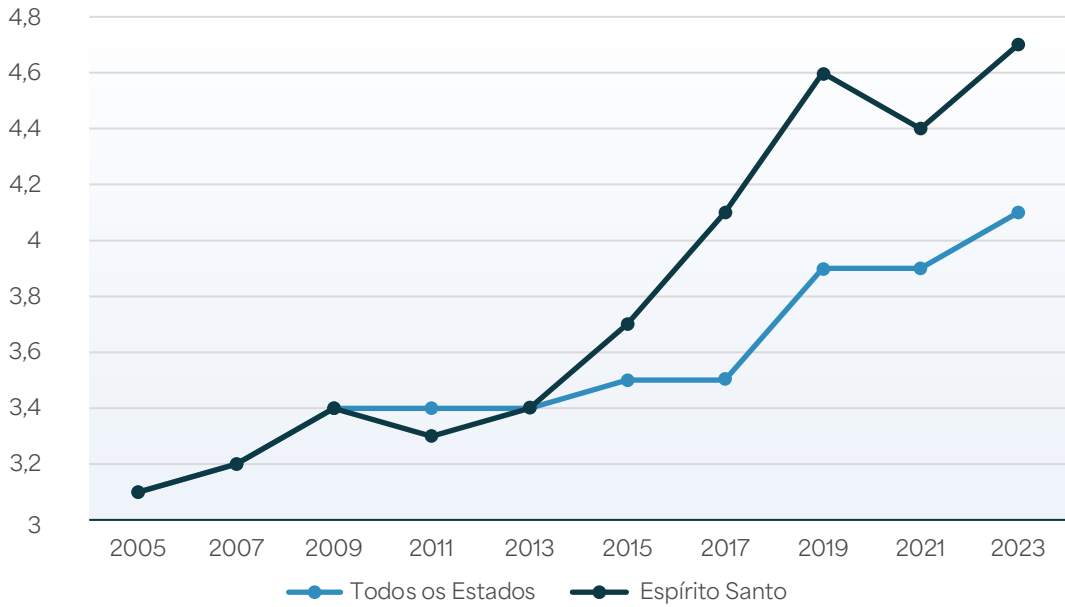


GRÁFICO 20 EVOLUÇÃO DAS NOTAS DO IDEB ENSINO MÉDIO REGULAR PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS DO BRASIL, 2005-2023



O foco na educação é visto como alicerce para a construção de um futuro mais próspero e equitativo para todos os capixabas. Os investimentos não se limitam apenas à manutenção da rede, mas se expandem para a modernização da infraestrutura escolar, a capacitação contínua de professores e

a implementação de tecnologias pedagógicas inovadoras. Essa priorização estratégica reflete a compreensão de que a qualidade da educação é diretamente proporcional à capacidade do estado de gerar riqueza, reduzir desigualdades e preparar sua juventude para os desafios do mercado de trabalho globalizado.

6

REPASSES E INVESTIMENTOS REGIONAIS

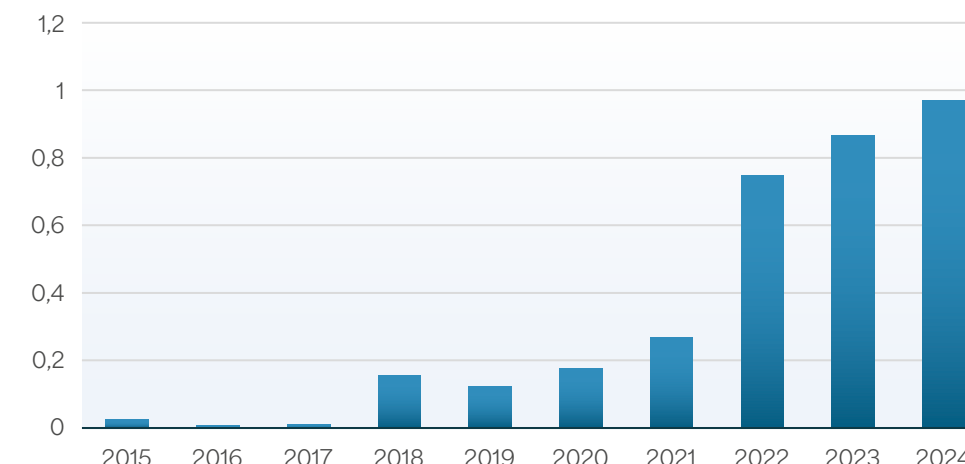
A CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL COMO POLÍTICA PÚBLICA ESTRUTURANTE

A trajetória recente das transferências de capital do Governo do Espírito Santo para os municípios evidencia uma mudança estrutural na política fiscal e no modelo de indução do desenvolvimento regional. O gráfico histórico, com dados desde 2015, revela não apenas a expansão do volume de recursos, mas sobretudo a consolidação de uma estratégia de fortalecimento da capacidade de investimento local como instrumento de política pública.

Entre 2015 e 2017, os repasses apresentavam patamar ainda residual, com valores modestos e baixa previsibilidade orçamentária. Esse período reflete um contexto do reflexo da recessão macroeconômica nacional, no qual a prioridade do Estado estava concentrada no reequilíbrio das contas públicas e estabilização da capacidade de pagamento. O investimento direto e as transferências voluntárias para obras municipais eram, naturalmente, limitados.

A partir de 2018 e, principalmente, de 2019, observa-se uma inflexão clara. Os repasses de capital passam a ganhar escala e regularidade, acompanhando a melhoria dos indicadores fiscais do Estado – com superávits recorrentes, redução do endividamento e elevação da capacidade de investimento. Em 2018, os valores ultrapassaram a casa de R\$ 150 milhões, mantendo trajetória positiva em 2019 e 2020, mesmo em um ambiente macroeconômico desafiador, marcado pela pandemia e pela necessidade de recomposição de receitas e despesas emergenciais.

GRÁFICO 21 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL PARA OS MUNICÍPIOS CAPIXABAS (R\$ bilhões)



O salto mais expressivo ocorre a partir de 2021, quando as transferências ultrapassam R\$ 250 milhões, inaugurando um novo patamar de política de investimentos descentralizados. Em 2022, o volume cresce de forma exponencial, alcançando aproximadamente R\$ 750 milhões, refletindo uma estratégia deliberada do Governo do Estado de acelerar a execução de obras municipais, apoiar projetos estruturantes locais e induzir o ciclo de investimentos públicos em infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento, equipamentos públicos e requalificação urbana.

Esse movimento se consolida em 2023 e 2024, quando os repasses atingem, respectivamente, cerca de R\$ 860 milhões e próximo de R\$ 1 bilhão, o maior patamar histórico da série. O dado evidencia não apenas robustez fiscal, mas também maturidade institucional na capacidade de planejar, selecionar e executar projetos em parceria com os municípios, reduzindo gargalos históricos de infraestrutura e ampliando a capilaridade do investimento público.

Do ponto de vista econômico, a expansão das transferências de capital tem efeito multiplicador relevante: dinamiza o setor da construção civil, gera emprego local, estimula cadeias produtivas regionais e eleva a qualidade da infraestrutura urbana e social. Do ponto de vista federativo, fortalece a autonomia municipal, reduz assimetrias regionais e melhora a capacidade de entrega de políticas públicas na ponta.

Mais do que um crescimento quantitativo, o gráfico traduz uma mudança de paradigma: o Espírito Santo deixa de operar apenas como executor centralizado de investimentos e passa a atuar como indutor do desenvolvimento territorial, utilizando sua solidez fiscal para alavancar projetos municipais, acelerar obras e promover maior equilíbrio regional.

Em síntese, o ciclo observado entre 2015 e 2024 demonstra que o ajuste fiscal consistente realizado pelo Estado não se traduziu em retração de políticas públicas, mas, ao contrário, criou as condições para uma expansão sustentável do investimento público descentralizado, com impactos diretos na infraestrutura urbana, na qualidade de vida da população e na competitividade dos municípios capixabas.

BOX 5

INVESTIMENTOS NA SAÚDE

Nos últimos anos, a saúde pública do Espírito Santo entrou em um ciclo consistente de modernização e expansão, combinando três vetores estratégicos: construção de novos complexos hospitalares, requalificação profunda da rede própria já existente e fortalecimento da atenção primária e da oferta de procedimentos especializados. O resultado prático dessa agenda é uma rede mais regionalizada, com serviços mais próximos do cidadão, redução de vazios assistenciais e aumento da capacidade de atendimento em todas as macrorregiões.

Um dos marcos desse movimento é a implantação de novos hospitais e complexos de saúde com foco na ampliação de leitos e serviços estruturantes fora dos grandes centros. Na Região Norte do Estado, o **Complexo de Saúde Norte**, em São Mateus, foi concebido para enfrentar problemas históricos de acesso e deslocamento, reunindo hospital geral (com previsão de 340 leitos) e uma série de serviços integrados – como Hemocentro, Policlínica, Farmácia Cidadã Estadual e estruturas de apoio regional – com investimento total previsto de R\$ 367,9 milhões e execução já expressiva da obra.

Na Região Metropolitana, o **Hospital Geral de Cariacica** desponta como outra entrega estruturante em andamento, projetado para ampliar significativamente a disponibilidade de leitos, com mais de 400 leitos e ambulatório de especialidades, em obra com investimento total previsto de R\$ 226,3 milhões e cronograma de conclusão em 2026. Na Região Central, o Estado também deu encaminhamento a um novo eixo de expansão com o futuro **Complexo Hospitalar**

Centro-Oeste, em Colatina, estimado em R\$ 600 milhões, com hospital geral de mais de 300 leitos e infraestrutura logística essencial (rede de frio e almoxarifado central), reforçando o desenho de regionalização do SUS capixaba.

Paralelamente à ampliação da rede, o Espírito Santo avançou na reestruturação de hospitais estaduais estratégicos, elevando o padrão assistencial, ampliando a capacidade e modernizando os ambientes críticos (centro cirúrgico, CME, leitos clínicos e UTIs). Entre os exemplos, está a expansão do Hospital Estadual Dr. Dório Silva, na Serra, com investimento para novo centro cirúrgico, CME e novos leitos. O mesmo ciclo de modernização alcança o Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves (HIMABA), em Vila Velha, com projeto de ampliação de 130 novos leitos e construção de seis salas cirúrgicas, e a Unidade Integrada Jerônimo Monteiro, no Sul, com ampliação de 50 para 115 leitos (incluindo leitos de UTI e semi-intensivos) e incremento de salas cirúrgicas.

A política de investimento também contempla o interior com obras de impacto direto na resolutividade regional. Em Baixo Guandu, por exemplo, o Hospital Estadual Dr. João Santos Neves foi incluído em um plano de reforma e ampliação, com investimento total de R\$ 58 milhões (incluindo aquisição relevante de equipamentos), com foco em novos leitos e modernização de centro cirúrgico e diagnóstico por imagem, reforçando a capacidade assistencial fora do eixo metropolitano.

Outro avanço relevante está na ampliação de linhas de cuidado e na infraestrutura para especialidades, com ênfase em oncologia e procedimentos

de maior complexidade. No Sul do Estado, foi anunciado investimento de R\$ 100 milhões para conclusão da 2ª etapa do Hospital do Câncer de Cachoeiro de Itapemirim, ampliando a capacidade em 100 novos leitos e incorporando pronto atendimento oncológico 24 horas, além de novos equipamentos de diagnóstico por imagem, fortalecendo a rede oncológica e reduzindo a necessidade de longos deslocamentos.

Essas transformações estruturais vêm acompanhadas de medidas operacionais para aumentar acesso e produtividade do sistema. Um exemplo é o esforço de ampliação da oferta assistencial e de procedimentos, incluindo a intensificação de cirurgias eletivas: a Secretaria de Estado da Saúde - SESA registra que, em 2025, o plano estadual para redução de filas realizou mais de 160 mil cirurgias. Além disso, há iniciativas de fortalecimento da Atenção Primária, com cofinanciamento para obras em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e repasses estaduais que alcançaram dezenas de municípios em novos ciclos do programa.

Em síntese, o Espírito Santo vem consolidando uma agenda de saúde pública que combina “obra e gestão”: amplia a rede com novos complexos e hospitais, requalifica unidades existentes com modernização de infraestrutura e equipamentos e reforça a capacidade de atendimento com regionalização e expansão de serviços especializados. O efeito mais relevante para a população é claro: mais oferta assistencial, mais resolutividade no território e um SUS estadual com maior capacidade de responder às demandas atuais e futuras.



Complexo de Saúde Norte,
em São Mateus

BOX 6

EMPREGO E RENDA - DE 2015 A 2025

No início do recorte desta análise, em 2015, o Espírito Santo enfrentava o esgotamento de um ciclo de crescimento acelerado. A conjuntura foi marcada pela ampliação dos efeitos da recessão nacional, com o indicador trimestral do Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), apresentando sua primeira queda significativa (-2,7%) no terceiro trimestre daquele ano, após quase dois anos de expansão ininterrupta. Esse movimento recessivo impactou diretamente a força de trabalho, elevando as taxas de desocupação e estagnando os rendimentos reais, o que exigiu uma reorientação das políticas estaduais.

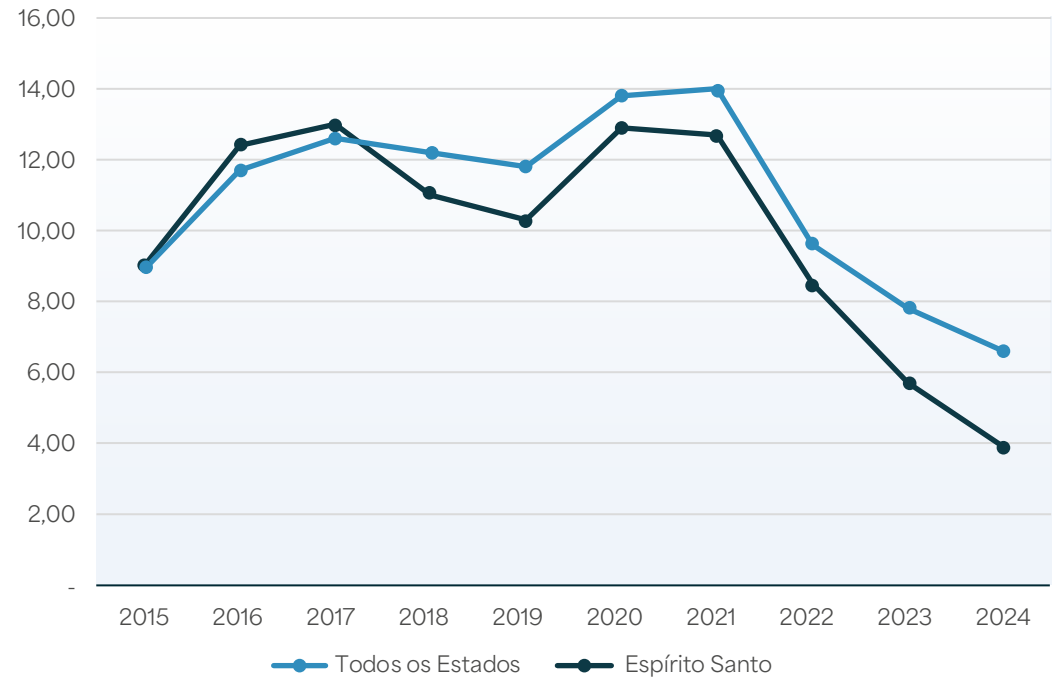
Entre 2015 e 2017, o Espírito Santo enfrentou uma severa crise econômica, com o desemprego atingindo picos de quase 14%. O estado, fortemente ligado a commodities, sofreu com a queda nos preços internacionais.

A partir de 2018, iniciou-se uma lenta recuperação, interrompida brevemente pela pandemia em 2020. Contudo, a retomada pós-2021 foi vigorosa, levando o Estado a atingir o “pleno emprego” técnico em 2024.

Essa reorientação foi pautada em um profundo processo, estruturado no Planejamento Estratégico 2023-2026, que prevê o maior volume de investimentos da história: R\$ 26,37 bilhões. Esses recursos são direcionados para 292 projetos estratégicos, que visam consolidar o Espírito Santo como um estado inovador e competitivo.

O programa **ES Mais Competitivo**, operado pelo BANDES, disponibiliza R\$ 1,2 bilhão em créditos para inovação, turismo e economia verde. Na Educação Técnica, a expansão dos Centros Técnicos (CEETs) conta com R\$ 62 milhões para levar formação qualificada a cidades como Iúna, Guarapari e Castelo.

GRÁFICO 22 EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO ES E BRASIL, 2015-2024 (%)



Lançado em 2019, o **Qualificar ES** responde à necessidade de reduzir o descompasso entre a formação da população e as exigências do mercado moderno. O programa oferece cursos gratuitos nas modalidades presencial, on-line e semipresencial, com foco em empreendedorismo, inovação e empregabilidade.

A estratégia do Governo do Estado para fomentar o emprego também passa pela aceleração dos investimentos públicos através de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Entre 2015 e 2024, o Estado consolidou um portfólio robusto de concessões que gera impacto imediato na construção civil e impacto de longo prazo na produtividade estadual.

As PPPs de saneamento nos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica e a última concessão que envolve 48 municípios são exemplos de projetos

que aliam desenvolvimento social à geração de vagas. A parceria estabelecida entre a Cesan e empresas como a Aegea e a GS Inima visa a universalização do tratamento de esgoto. Estima-se que as obras de saneamento em todo o Estado gerem 20 mil postos de trabalho diretos e indiretos até 2033.

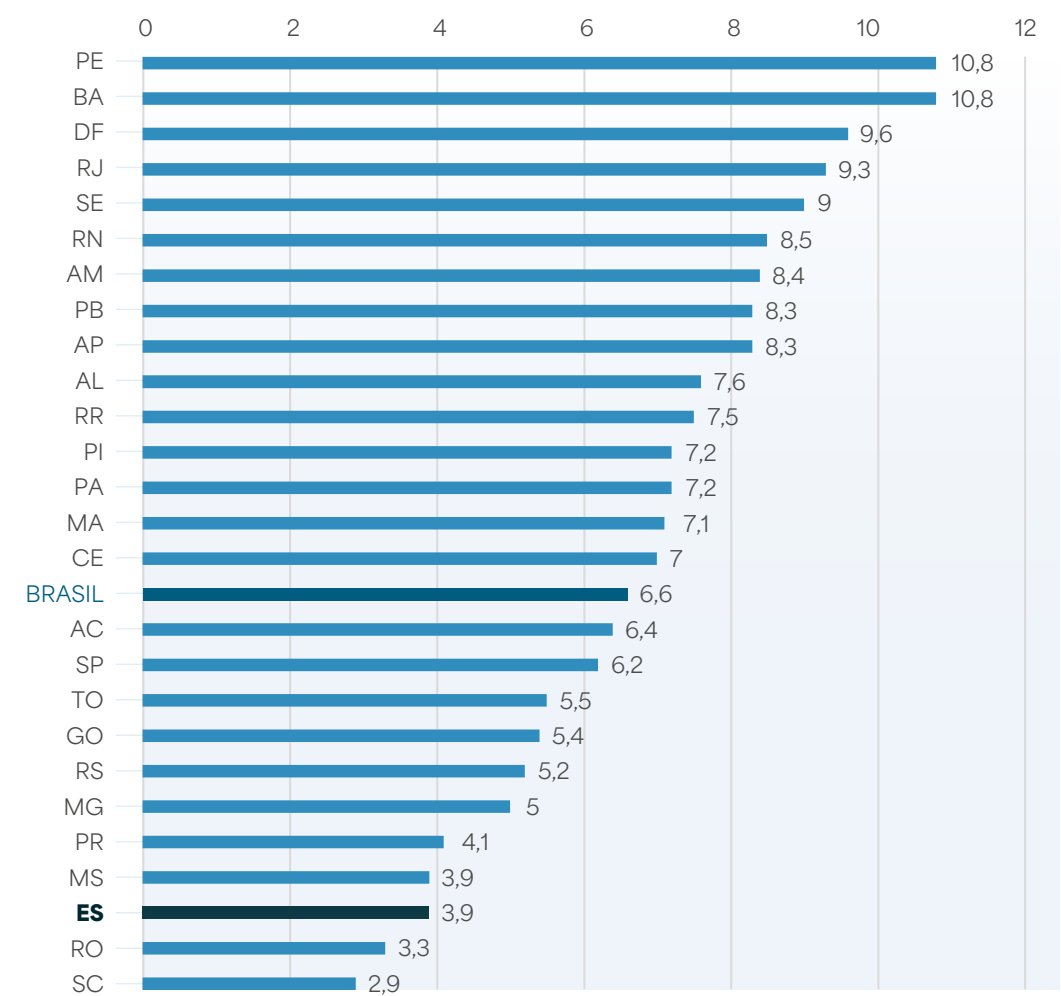
Outras iniciativas que valem mencionar são: **Logística em Saúde**, um projeto de concessão administrativa de 15 anos para gerir a rede pública de suprimentos hospitalares, com investimento estimado em R\$ 519 milhões; **ES Digital**, que promoveu a expansão da rede de fibra óptica para garantir conectividade em todos os órgãos estaduais e polos tecnológicos e, por fim, a **Privatização da ES GÁS**, concluída com sucesso para atrair investimentos privados na distribuição de gás, um insumo vital para a

indústria de transformação e o setor de transportes.

O desenvolvimento econômico capixaba alcançou um marco significativo com ações coordenadas. No quarto trimestre de 2024, o Espírito Santo registrou sua menor taxa

de desocupação da série histórica iniciada em 2012, chegando a 3,9%. Este resultado superou a média nacional de 6,2% no mesmo período, posicionando o Estado como a sexta menor taxa do Brasil e a menor da região Sudeste.

GRÁFICO 23 RANKING DE DESEMPREGO DOS ESTADOS 2024 (%)



Para finalizar, o desenvolvimento econômico capixaba alcançou um marco significativo com ações coordenadas. No quarto trimestre de 2024, o Espírito Santo registrou sua menor taxa de desocupação da

série histórica, chegando a 3,9%. Este resultado foi inferior a média nacional de 6,6% no mesmo período, posicionando o Estado como a quarta menor taxa de desocupação do Brasil e a menor da região Sudeste.

7 METODOLOGIA

FONTE DOS DADOS

Os dados apresentados foram extraídos do banco de dados público do SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro do Tesouro Nacional, sem atualizações monetárias (dados públicos nominais). Link: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf.

Também forma utilizados as notas do indicador educacional IDEB relativo ao Ensino Médio Regular Público, disponibilizados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Link: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

GRÁFICO	FONTE	METODOLOGIA	ADAPTAÇÃO
1	SICONFI	Despesas Pagas/ Inversões Financeiras + Investimentos	SEFAZ-ES
2	SICONFI	Despesas Pagas/ Inversões Financeiras + Investimentos	SEFAZ-ES
3	SICONFI	Saldo final das obrigações financeiras após a subtração de disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e outros haveres financeiros.	SEFAZ-ES
4	SICONFI	disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e outros haveres financeiros	SEFAZ-ES
5	SICONFI	Receitas realizadas menos despesas empenhadas	SEFAZ-ES
6	SICONFI	DCL/RCL (%)	SEFAZ-ES
7	SICONFI	Receitas Brutas Realizadas	SEFAZ-ES

GRÁFICO	FONTE	METODOLOGIA	ADAPTAÇÃO
8	SICONFI	Receitas Brutas Realizadas/ ICMS Total	SEFAZ-ES
9	SICONFI	Receitas Brutas Realizadas/ ITCMD	SEFAZ-ES
10	SICONFI	Receitas Brutas Realizadas/ IR retido na fonte	SEFAZ-ES
11	SICONFI	Receitas Brutas Realizadas/ IPVA	SEFAZ-ES
12	SICONFI	Royalties e Participações Especiais/Receita Total	SEFAZ-ES
13	ANP	Produção diária média de barris de petróleo no ES, 2016-2024	SEFAZ-ES
14	SICONFI	Despesas Empenhadas/ Despesas Correntes	SEFAZ-ES
15	SICONFI	Despesas Pagas/ Pessoal e Encargos Sociais	SEFAZ-ES
16	SICONFI	Despesas Pagas/ Pessoal e Encargos Sociais	SEFAZ-ES
17	SICONFI	Despesas Pagas/ Inversões Financeiras + Investimentos	SEFAZ-ES
18	SICONFI	Despesas liquidadas em relação à Receita Total	SEFAZ-ES
19	SICONFI	Despesas Pagas/ Transferências de Capital aos Municípios	SEFAZ-ES
20	INEP	Indicador educacional IDEB no ano de 2023/ Ensino Médio Regular Público	SEFAZ-ES
21	INEP	Indicador educacional IDEB/ Ensino Médio Regular Público	SEFAZ-ES
22	IBGE	PNAD Contínua Desemprego	SEFAZ-ES
23	IBGE	PNAD Contínua Desemprego 2024	SEFAZ-ES

Foto: Yuri Baritchvich



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda

